



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA**

LEONAM AMITAF FERREIRA PINTO DE ALBUQUERQUE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ADOÇÃO CONVENCIONAL E ADOÇÃO
TARDIA: UM ESTUDO COM POSTULANTES**

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

LEONAM AMITAF FERREIRA PINTO DE ALBUQUERQUE

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ADOÇÃO CONVENCIONAL E ADOÇÃO
TARDIA: UM ESTUDO COM POSTULANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Psicologia.

Área de concentração: Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa Xavier de
Albuquerque de Souza.

**CAMPINA GRANDE – PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A345r Albuquerque, Leonam Amitaf Ferreira Pinto de.
Representações sociais sobre adoção convencional e adoção tardia [manuscrito] : um estudo com postulantes / Leonam Amitaf Ferreira Pinto de Albuquerque. - 2016.
55 p.

Digitado.
Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Andréa Xavier de Albuquerque de Souza, Departamento de Psicologia".

1. Adoção convencional. 2. Adoção tardia. 3. Representações sociais. I. Título.

21. ed. CDD 362.734

LEONAM AMITAF FERREIRA PINTO DE ALBUQUERQUE

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ADOÇÃO CONVENCIONAL E ADOÇÃO
TARDIA: UM ESTUDO COM POSTULANTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Psicologia.

Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovado em: 19/05/2016.

BANCA EXAMINADORA

Andréa Xavier de A. de Souza
Prof.ª Dra. Andréa Xavier de Albuquerque de Souza (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jorge Dellane da Silva Brito
Prof. Me. Jorge Dellane da Silva Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Regina Celi Sales Nóbrega de Santana
Prof.ª Ma. Regina Celi Sales Nóbrega de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha inesquecível avó, D. Lia (*in memoriam*), que sempre viverá em nossos corações, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a Deus, por Ele está sempre ao meu lado, guiando meus passos e iluminando meus caminhos, mesmo, às vezes, me encontrando um pouco distanciado de Seu Reino.

À minha amada mãe, Fátima, mulher forte e guerreira, que tanto batalhou para que eu conseguisse chegar até aqui, sempre me apoiando nos momentos mais difíceis e me dando forças para vencer os desafios e continuar a batalha.

Ao meu pai, Manuel, meu grande amigo, a quem me dirijo com eminente respeito e gratidão por ter confiado em mim, nos meus objetivos e ter sido uma pessoa fundamental na concretização dos meus sonhos.

À minha querida irmã, Tâmara, com quem sempre pude contar nos momentos mais difíceis, me auxiliando na tomada de decisões importantes e não me deixando desistir diante dos obstáculos vividos.

Ao meu grande amor, Jaianny, por quem nutro sentimentos verdadeiros e a quem sempre recorri nos momentos de angústia e aflição, assim como nos momentos de alegria e felicidade.

À minha orientadora, Andréa, a quem admiro muito, por ter acreditado na realização desse trabalho e ter exercido, muitas vezes, o papel de mãe para com minha pessoa, sendo exigente, nos momentos necessários, e muito compreensiva e empática, nos demais momentos.

Aos participantes dessa pesquisa, os quais acreditaram no seu projeto e colaboraram de forma direta para a sua realização, os meus mais sinceros agradecimentos.

À equipe do Setor Psicossocial da Vara da Infância e Juventude de Campina Grande, nas pessoas de Francis, Elayne, Fernanda e Monique, as quais me acolheram, de forma exemplar, quando estagiei nessa instituição e, posteriormente, abriram as portas do Setor para a realização desse estudo.

Aos meus queridos avós, S. Severino, D. Helena (*in memorian*) e S. Antônio (*in memorian*), a quem presto minhas homenagens, meu respeito e minha gratidão.

Aos meus tios, em especial, Ana, Cida, Joaquim, Geraldo, Antonieta, João, Glória, Geraldina e Pedro, e aos meus primos, especialmente, Stéfano, Stefânia, Beatriz, Raylla, Rafael, Priscila e Naldinho, pelo essencial apoio me concedido desde a mudança repentina de cidade até os dias de hoje.

Aos meus professores e mestres, que admiro muito e sem o auxílio dos quais não teria chegado até aqui, em especial, Dellane, Thelma, Jailma, Roniere, Ana Sandra, Railda, Ana Cristina, Andrade, Wilmar, Laércia, Elizabeth, Simone, Fábio, Márcia e Melyssa, minha inestimável consideração.

Aos meus amigos e colegas de classe, com os quais aprendi bastante e vivenciei experiências enriquecedoras de vida, especialmente, Angélica, Kelly, Myrella, Gabrielly (*in memorian*), Jordanya e Jerbbson.

Aos meus grandes amigos, com quem compartilhei momentos importantes e felizes, e dos quais jamais me esquecerei, em especial, Rodrigues, José, Bárbara, Sayonara, Josinaldo, Murilo, Michelli, Tamires, Helder, Everton e Rafaele.

Aos estimados amigos que a Psicologia me apresentou ao longo do curso, Eduardo, Nathália, Glória, Flávia, Íris, Iara, Helder, Felipe, Farah, Elen e Dominick.

Enfim, agradeço imensamente a todos que fizeram parte desse sonho e torceram por mim, assim como peço sinceras desculpas àqueles cujos nomes não foram mencionados, mas estão sempre presentes em meu coração.

*“Adotar é acreditar que a história é mais forte
que a hereditariedade, que o amor é mais forte
que o destino.” Lidia Weber*

RESUMO

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ADOÇÃO CONVENCIONAL E ADOÇÃO TARDIA: UM ESTUDO COM POSTULANTES

A Adoção convencional e a Adoção tardia são modalidades distintas de Adoção, que em meio às semelhanças jurídicas, apresentam diferenças significativas quanto às preferências dos postulantes na escolha do perfil adotivo pretendido da criança ou adolescente. Enquanto a Adoção convencional constitui um processo amplamente difundido na sociedade, sendo mais escolhida por aqueles que desejam adotar, a Adoção tardia, apesar de compartilhar dos mesmos direitos da modalidade tradicional, caracteriza-se por ser pouco divulgada, o que a torna menos preferida e até mesmo desconhecida pelos postulantes. Sob esses aspectos, estabeleceu-se como objetivo desse trabalho apreender e analisar as representações sociais sobre Adoção convencional e Adoção tardia, construídas por postulantes à adoção da Vara Cível da Infância e Juventude de Campina Grande – Pb. Esse estudo embasou-se, teoricamente, nos princípios da Teoria das Representações Sociais, enquanto sistema de crenças, significados e concepções compartilhados entre os sujeitos sociais e passíveis de investigação científica. Trata-se de um estudo de campo, de caráter qualitativo e exploratório, no qual, os participantes foram selecionados por conveniência e acessibilidade e entrevistados sob a Técnica de Entrevista em Profundidade. As entrevistas, cuja quantidade foi delimitada conforme o critério de saturação, foram literalmente transcritas e, em seguida, submetidas aos procedimentos da Análise Temática de Conteúdo, proposta por Bardin. A partir da análise dos resultados encontrados, percebeu-se que a construção das representações sociais sobre Adoção convencional e Adoção tardia, pelos postulantes, edificou-se sobre as concepções elaboradas por estes para definir os respectivos objetos sociais. Ao contrário das representações sociais sobre Adoção convencional, as representações sociais sobre Adoção tardia, construídas pelos postulantes, ancoraram-se em diversos critérios de definição, resultando numa menor homogeneidade nos conteúdos referentes a esse tipo de adoção. A maioria dos postulantes posicionou-se de modo favorável à modalidade convencional e contrário à modalidade tardia e sustentou seus posicionamentos através de argumentos e mecanismos sociocognitivos e funcionais. De modo geral, ressaltam-se as dificuldades em se pesquisar sobre Adoção convencional e Adoção tardia, por constituírem temáticas atuais e complexas da Psicologia jurídica, ainda pouco estudadas na Psicologia. Por outro lado, enfatiza-se o alcance dos resultados encontrados, os quais poderão contribuir para a realização de outras pesquisas sobre o assunto, assim como auxiliar na construção de políticas públicas de conscientização da população a respeito da importância da prática da Adoção, tanto convencional quanto tardia, e do valor social e jurídico da modalidade tardia de Adoção, uma vez que esta tem se configurado com um fenômeno pouco esclarecido junto ao público dos postulantes à adoção e à população em geral.

Palavras-chave: Adoção convencional; Adoção tardia; Representações Sociais.

ABSTRACT

SOCIAL REPRESENTATIONS OF CONVENTIONAL ADOPTION AND LATE ADOPTION: A STUDY WITH APPLICANTS

Conventional Adoption and late adoption are different forms of adoption that, despite their legal similarities, show significant differences in the preferences of their applicants while choosing the desired adoptive child/adolescent profile. While conventional adoption is a widespread process in society, being the major choice by those who wish to adopt, late adoption, despite sharing the same rights, is characterized by being little spread, what makes it less preferred and even unknown to the applicants. Considering these aspects, the objective of this research was to gather and analyze the social representations of conventional adoption and late adoption as constructed by postulants to adoption from the Vara Cível da Infância e Juventude (Civil Court for Childhood and Youth), in Campina Grande, Paraíba, Brazil. This study was theoretically based on the principles of the Theory of Social Representations, understood as a beliefs, meanings and concepts system shared amongst social actors and susceptible to scientific research. This is a qualitative and exploratory field study, in which the participants were selected by convenience and accessibility and data was collected through in-depth interviewing. The interviews, whose amount was delimited by the saturation point, were verbatim transcribed and then subjected to the procedures of the thematic content analysis as proposed by Bardin. From the analysis of the results, it was noticed that the construction of social representations of conventional adoption and late adoption by the applicants was built on the concepts developed by them to define their social objects. Unlike the social representations of conventional adoption, the social representations of late adoption, built by the applicants, were anchored in various definition criteria that resulted in a lower homogeneity in content relating to this kind of adoption. Most applicants positioned themselves favorably to the conventional kind and contrary to the late kind of adoption and held their positions through socio-cognitive and functional arguments and mechanisms. In general, the difficulties in researching conventional and late adoption are highlighted, as they are current and complex issues of legal psychology, still poorly studied in psychology. On the other hand, the scope of the results is emphasized, which may contribute to the development of further research on the subject, as well as assist in the development of policies for public awareness regarding the importance of adoption, both the conventional and late kinds, and the social and legal status of the late adoption, since this kind has presented itself as a little known phenomenon to the applicants and to the general population.

Keywords: Conventional adoption; Late adoption; Social Representations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classes, Categorias e Subcategorias emergentes da Análise Temática de Conteúdo, com suas respectivas frequências e porcentagens de Unidades temáticas.....	26
Tabela 2 – Unidades temáticas referentes às Concepções de Adoção Convencional.....	30
Tabela 3 – Unidades temáticas referentes aos Significados Atribuídos à Adoção Convencional.....	35
Tabela 4 – Unidades temáticas referentes às Concepções de Adoção Tardia.....	39
Tabela 5 – Unidades temáticas referentes aos Significados Atribuídos à Adoção Tardia..	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ADOÇÃO.....	14
2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO CONVENCIONAL E A ADOÇÃO TARDIA.....	16
2.3 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	19
3 MÉTODO.....	21
3.1 LÓCUS.....	21
3.2 PARTICIPANTES.....	21
3.3 INSTRUMENTOS.....	22
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA.....	23
3.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	23
3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UEPB.....	55

1 INTRODUÇÃO

O termo adotar advém do latim e significa escolher, sendo aquele que é adotado o escolhido. Sob aspectos conceituais, adoção diz respeito ao processo legal em que pessoas interessadas aceitam criança ou jovem como seu próprio filho. Nesse sentido, adotar é o mesmo que atribuir a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres dos filhos biológicos (CFP, 2008; INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2004; BRASIL, 2011).

Historicamente, a primeira lei direcionada à adoção, no Brasil, foi promulgada em 1828, contudo, as primeiras sistematizações sobre o assunto ocorreram no início do século XX. De modo geral, somente a partir do século XVI, quando a mortalidade infantil passou a ser considerada onerosa e a criança passou a ser vista sob outras perspectivas, a adoção adquiriu notoriedade pública (PRADO, 2006; GILBERTI, DE GORE E TABORDA, 1997 apud CAMPOS, 2001; ARIÉS, 1978).

Atualmente, apesar de ainda ser um procedimento demorado, a Adoção convencional, enquanto adoção prioritária de crianças menores de dois anos, constitui um processo democrático e amplamente difundido na sociedade. Por outro lado, a Adoção tardia, definida, de forma controversa, como adoção de crianças e adolescentes com idade superior a dois anos, apesar de compartilhar dos mesmos direitos da modalidade tradicional de adoção, caracteriza-se por ser pouco divulgada nos meios cabíveis, sendo até mesmo desconhecida pelos adotantes (SILVA; MESQUITA; CARVALHO, 2010; EBRAHIM, 2001a; WEBER, 1995; VARGAS, 1998).

O uso do termo Adoção tardia, na produção de trabalhos científicos relacionados à temática Adoção, vem sendo criticado por alguns autores, os quais sugerem sua substituição por expressões como “adoção de crianças e adolescentes maiores”, alegando que tal nomeação remete o leitor à idéia de uma adoção fora do tempo em que deveria ocorrer, reforçando o preconceito de que ser adotado é privilégio de bebês. Por outro lado, trata-se de uma nomenclatura razoável, por ser clara, expressando o sentido principal do termo, e por ser reconhecida pela maioria dos autores que escrevem sobre o assunto (CARVALHO; FERREIRA, 2000).

Em meio às controvérsias, convém esclarecer que a nomenclatura “Adoção tardia”, utilizada neste trabalho, é desprendida de qualquer tipo de discriminação ou reprodução de estereótipos. Remete-se tão somente à adoção de crianças e adolescentes maiores de dois anos, em contraposição ao termo “Adoção convencional”, a fim de compará-los, enquanto fenômenos científicos, de modo a propiciar o estudo de suas peculiaridades.

Sob esses esclarecimentos, cabe ressaltar que há pouco tempo vivia-se uma cultura da adoção, na qual, os interesses dos adultos deveriam ser privilegiados, em detrimento das necessidades das crianças. Esse processo resultou na padronização do modelo de criança, a qual deveria possuir as características desejadas pelos adotantes para ser adotada. Aos poucos, viu-se surgir, no Brasil, um movimento por uma nova cultura da adoção, centrada na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Apesar dos significativos avanços, houve poucas mudanças quanto à escolha do perfil adotivo por parte dos adotantes, os quais ainda atribuem significados individualistas à prática da adoção, preferindo a Adoção convencional a Adoção tardia (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

Atualmente, existem, em média, 30 mil pessoas cadastradas como postulantes à adoção no Brasil e, aproximadamente, 5,5 mil crianças e adolescentes aptos para adoção, entres estes, 80% estão na faixa etária acima de nove anos. Entre os diversos determinantes para o desencontro entre as crianças e adolescentes e os milhares de postulantes, resalta-se o preconceito como um dos principais. A maioria das pessoas que pretende adotar alimenta crenças errôneas, principalmente, sobre a idade das crianças e adolescentes à espera de uma família (BRASIL, 2012; WEBER, 1995).

Sob esses aspectos, estabeleceu-se como objetivo principal da pesquisa apreender as representações sociais sobre Adoção convencional e Adoção tardia, construídas por postulantes à adoção da Vara Cível da Infância e Juventude de Campina Grande – Pb. A fim de viabilizar a apreensão das representações sociais sobre os respectivos objetos de pesquisa, foram propostos os seguintes objetivos específicos: 1- conhecer o modo como os postulantes concebem a Adoção convencional e a Adoção tardia; 2- verificar as diferenças e semelhanças entre as representações sociais construídas sobre essas modalidades adotivas; 3- analisar os significados atribuídos à Adoção convencional e à Adoção tardia; 4- identificar os posicionamentos favoráveis e/ou contrários à adoção de crianças menores e maiores de dois anos de idade.

O alcance de tais objetivos possibilitou também conhecer as crenças, imagens, atitudes e expectativas construídas pelos postulantes em relação à Adoção convencional e à Adoção tardia, além dos mecanismos sociocognitivos e componentes afetivos responsáveis pela formação, função e comunicação das representações sociais, e utilizados pelos participantes para construir e edificar suas representações sociais.

A fim de atingir os objetivos supracitados, o trabalho teve como subsídio teórico a Teoria das Representações Sociais, tal como a concebem Moscovici (1976) e Jodelet (1989), enquanto sistema de crenças, significados e concepções compartilhados entre os sujeitos

sociais e passíveis de investigação científica. Além de auxiliar no conhecimento do modo como determinados grupos humanos constroem saberes para expressarem sua identidade e as representações que formam sobre uma diversidade de objetos sociais, a Teoria das Representações Sociais contribui para a identificação das crenças, imagens, atitudes, valores e significados construídos pelos atores sociais, apontando as estratégias sociocognitivas utilizadas por estes para nomear e significar determinados fenômenos (MOSCOVICI, 2007; OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Em termos metodológicos, essa pesquisa corresponde a um estudo de campo, de caráter qualitativo e exploratório, no qual os participantes foram selecionados a partir dos critérios de seleção amostral por conveniência e acessibilidade e, em seguida, entrevistados sob a Técnica de Entrevista em Profundidade (MINAYO, 1998). As entrevistas, cuja quantidade foi delimitada conforme o critério de saturação (SÁ, 1998), foram literalmente transcritas e, em seguida, submetidas às etapas operacionais da Análise Temática de Conteúdo, proposta por Bardin (2012).

Convém destacar que Adoção convencional e Adoção tardia constituem temáticas atuais e relevantes nos estudos que norteiam a pesquisa sobre Adoção na área emergente da Psicologia jurídica. Em meio aos trabalhos realizados sobre o assunto, ressalta-se a escassez de publicações sobre Adoção convencional e Adoção tardia, além de pesquisas comparativas entre os postulantes que preferem as modalidades tradicionais de adoção, em detrimento das novas maneiras de se adotar.

Nesse sentido, através dos resultados dessa pesquisa, espera-se colaborar com informações relevantes sobre os objetos sociais em estudo, como, por exemplo, os motivos pelos quais a maioria dos postulantes prefere a Adoção convencional e descarta a Adoção tardia, contribuindo, desse modo, para o aprimoramento das campanhas de conscientização de efeito direto sobre o público de interesse, assim como para a realização de pesquisas futuras sobre Adoção.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA ADOÇÃO

Sob o ponto de vista etimológico, isto é, no que se refere à origem e à evolução semântica das palavras, a expressão linguística “adotar” advém do latim e origina-se dos termos *adoptare* e *adoptio*, que significam, em outras palavras, escolher, desejar, perfilhar, dar o seu nome, sendo aquele que é adotado o escolhido (CFP, 2008). De acordo com o Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa (INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS, 2004), adoção diz respeito ao procedimento legal em que uma pessoa ou um casal aceita criança ou jovem como seu próprio filho. Com base na perspectiva jurídica, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2011, p. 18), lei que regimenta o processo de adoção no Brasil atualmente, adotar é o mesmo que atribuir “a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive, sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

Em meio à polissemia semântica, os vários sentidos e significados atribuídos à adoção convergem no que se refere à história do fenômeno no Brasil e no mundo. A primeira lei direcionada à adoção, no Brasil, foi promulgada no início do século XIX, no ano de 1828, entretanto, foi somente a partir da elaboração do Código de Processo Civil de 1916 que ocorreu a sistematização progressiva do assunto, determinando, pela primeira vez, que qualquer pessoa sem filhos biológicos e com idade superior a 50 anos poderia adotar uma criança através de um contrato com os pais legítimos (PRADO, 2006). O processo de adoção, desse modo, não era diretamente intermediado por entidades jurídicas, tal como veio a proceder posteriormente, dependendo, nesse caso, do estabelecimento de consenso entre os pais biológicos e os adotantes.

Prado (2006) acrescenta que no ano de 1965 foi criada a primeira Lei da adoção, decretando um conjunto de normas burocráticas e criteriosas, conforme as quais, os interessados em adotar uma criança só poderiam proceder neste sentido quando a guarda do menor fosse estabelecida antes do mesmo completar sete anos de idade, os pais biológicos terem destituído o poder familiar ou no caso de criança órfã sem reclamação de um parente há mais de um ano.

De modo mais abrangente, historicamente, percebe-se que embora fossem práticas frequentes na Antiguidade e no Período Medieval, os temas de abandono, exposição de crianças e infanticídio foram pouco citados nos estudos seguintes referentes à paternidade,

maternidade e adoção. De acordo com Gilberti, De Gore e Taborda (1997 apud CAMPOS, 2001), antes da história da civilização propiciar a adoção de criaturas abandonadas, estas corriam o risco de serem vítimas de diversos males sociais, como abuso sexual, maus tratos e, inclusive, infanticídio.

Desse modo, era costume comum entre os habitantes de Roma Imperial as crianças recém-nascidas serem colocadas aos pés do patriarca, de tal modo que se este as levantasse, significava que as tomava como filhos e garantia suas vidas. Por outro lado, as crianças que fossem rejeitadas poderiam ser expostas na porta da casa ou em qualquer outro lugar público, para que fossem recolhidas por quem as quisesse e para o fim que desejasse. Gilberti, De Gore e Taborda (1997 apud CAMPOS, 2001) enfatizam que o conceito de ilegitimidade só era válido para a figura paterna, pois nas origens do Direito romano, não havia distinções entre a maternidade legítima ou natural, posto que ao dar à luz era incontestável a maternidade da mulher, ainda que a criança fosse gerada fora do casamento.

Na Alta Idade Média, período de predomínio religioso e político do Catolicismo, a Igreja passou a impor sanções severas a fim de regular as práticas frequentes de infanticídio. Entretanto, a utilização de mecanismos punitivos, como a tortura e a condenação à morte, não foi suficiente para banir esta prática, uma vez que a gravidez, o parto e as crianças eram, deliberadamente, velados pelas gestantes e por seus familiares.

Foi somente a partir do século XVI, quando a mortalidade infantil, decorrente do descaso e abandono dos pais, passou a ser considerada como extremamente onerosa para o Estado, e a criança deixou, progressivamente, de ser vista como um adulto em miniatura (ARIÉS, 1978), que a adoção ganhou status social relevante, passando a configurar como prioridade pública (GILBERTI; DE GORE; TABORDA, 1997 apud CAMPOS, 2001).

Atualmente, existem, no Brasil, campanhas regionais e nacionais, com profissionais especializados, de conscientização da população para a importância social da Adoção de crianças e adolescentes. Através da realização de palestras, cursos de habilitação para a adoção e rodas de conversa, propõem-se discussões amplas sobre o tema com a pretensão de refletir e problematizar as dúvidas que possam existir entre os interessados, além de esclarecer o público-alvo a respeito de algumas questões pertinentes sobre Adoção, como: O que é Adoção? Como o processo ocorre em termos jurídicos e vivenciais? Quais são as principais modalidades adotivas? O que é Adoção tardia? O que é Adoção convencional? Qual a diferença entre Adoção convencional e Adoção tardia?

2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO CONVENCIONAL E A ADOÇÃO TARDIA

Entre as diversas modalidades adotivas, pertencentes ao amplo campo da Adoção, destacam-se a Adoção convencional e a Adoção tardia como os principais modos de se proceder à adoção de crianças e adolescentes cadastrados na fila de espera da adoção. Trata-se de processos semelhantes, com muitos aspectos em comum, como a observância das leis e dos trâmites jurídicos e o apeço pelo afeto e pela responsabilidade necessários para se adotar, porém, também apresentam muitas diferenças, em razão das dificuldades que circundam, principalmente, a modalidade de Adoção tardia.

Nesse sentido, apesar de ainda se constituir como um procedimento demorado, em razão de questões burocráticas e devido à morosidade inerente ao sistema jurídico brasileiro (SILVA; MESQUITA; CARVALHO, 2010), a Adoção convencional, enquanto ação de adoção prioritária de crianças menores de dois anos (EBRAHIM, 2001a), constitui um processo democrático, assegurado por lei federal e amplamente difundido na sociedade. Por outro lado, a Adoção tardia, definida por Weber (1995) e Vargas (1998) como uma das múltiplas faces da adoção, que se caracteriza pela adoção de crianças e adolescentes com idade superior a dois anos, apesar de compartilhar dos mesmos direitos da modalidade tradicional de adoção, é pouco divulgada nas mídias eletrônicas e nos meios sociais e acadêmicos, sendo, na maioria dos casos, desconhecida pelos adotantes, principalmente, quanto à terminologia “Adoção tardia”, os quais costumam conceber sua prática através de crenças, receios e expectativas.

De acordo com Costa e Rossetti-Ferreira (2007), há pouco tempo, vivia-se uma cultura da adoção, legitimada por significados, práticas e regulamentações legais, segundo a qual, os interesses dos adultos deveriam ser privilegiados, em detrimento das necessidades das crianças e dos adolescentes. Procurava-se preencher o perfil da criança pretendido pelos pais, buscando uma criança para uma família e não uma família para uma criança. Com isso, existia uma padronização do modelo ideal de criança, a qual deveria ser menina, branca, recém-nascida e sem nenhuma patologia física ou doença mental.

Apoiado em políticas e leis mais progressistas, viu-se surgir, no Brasil e no mundo, um movimento por uma nova cultura da adoção, centrada na defesa dos direitos e na promoção do bem estar das crianças e dos adolescentes à espera da adoção. Com a promulgação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), regido pela doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, que preconiza seu melhor interesse, ficaram

estabelecidas diferentes possibilidades de adoção, ampliando o conceito e as práticas adotivas (COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007).

Apesar dos avanços nas políticas nacionais e internacionais de adoção, percebe-se que houve poucas mudanças quanto à escolha do perfil adotivo por parte dos adotantes, os quais ainda atribuem significados individualistas à prática da adoção, preferindo crianças recém-nascidas, brancas e do gênero feminino a crianças e adolescentes negros, abrigados, do gênero masculino. Cumpre lembrar que, conforme consta no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), administrado pelo Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2012), atualmente, existem, em média, 30 mil pessoas cadastradas como postulantes à adoção no Brasil e, aproximadamente, 5,5 mil crianças e adolescentes aptos para adoção, entres estes, 4,3 mil (80%) estão na faixa etária acima de nove anos.

De acordo com dados estaduais, levantados pelo Cadastro Nacional de Adoção (BRASIL, 2012), a Paraíba está posicionada entre os quatro estados do Nordeste que mais possuem pretendentes cadastrados e habilitados para a adoção, com um número de 347 pessoas aptas, a maioria com idade entre 41 e 50 anos. Assim como ocorre em outros estados do país, somente 55 crianças e adolescentes paraibanos estão na fila de espera da adoção, número, aproximadamente, sete vezes desproporcional à quantidade de postulantes interessados em adotar. Conforme o Tribunal de Justiça da Paraíba (PARAÍBA, 2015), especificamente, na Comarca de Campina Grande, local de pesquisa desse estudo, ocorreram 43 solicitações de adoção no ano de 2015.

Do mesmo modo, segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (BRASIL, 2003), sobre o levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes no Brasil, em 626 abrigos pesquisados, nas cinco regiões brasileiras, foram encontrados 20 mil crianças e adolescentes, sendo a maioria do sexo masculino (58,5%) e afro-descendente (63,6%), entre sete e 15 anos de idade (61,3%) e mais de um terço está nos abrigos há um período que varia de dois a cinco anos. Convém destacar que a maioria absoluta destes abrigados tem família (86,7%) e o motivo mais citado para estarem em abrigos foi a pobreza (24,2%), acompanhado do abandono (18,9%), da violência doméstica (11,7%), da dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), da vivência de rua (7%) e da orfandade (5,2%).

Como aponta Weber (1995), há diversos determinantes e filtros para o desencontro entre crianças e adolescentes institucionalizados ou na fila de espera para a adoção e os milhares de postulantes, entre eles, o principal é o preconceito, seja ele consciente ou não. Segundo a autora, a maioria das pessoas que pretende adotar alimenta crenças errôneas sobre

questões relativas à idade, gênero, etnia, entre outros aspectos dos adolescentes e crianças à espera de uma família, propiciando a reprodução de práticas tradicionais de adoção, em detrimento de outras modalidades adotivas, como a Adoção tardia.

De acordo com pesquisas realizadas sobre as representações sociais sobre Adoção convencional e Adoção tardia, elaboradas por postulantes à adoção (EBRAHIM, 2001a; CAMARGO, 2005; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; AMIN; MENANDRO, 2007), prevalece, no discurso dos adotantes, a reprodução de concepções, significados e práticas adotivas tradicionais, embasadas numa cultura individualista de adoção, segundo a qual, os interesses dos adotantes devem ser priorizados, em detrimento das necessidades das crianças e adolescentes aptos à adoção.

Os achados decorrentes dos estudos acima referidos serviram de base para a discussão dos resultados da presente pesquisa, a qual também se utilizou dos princípios da Teoria das Representações Sociais para promover o diálogo entre a literatura pertinente às temáticas Adoção convencional e Adoção tardia e as representações sociais construídas pelos postulantes sobre os respectivos objetos de estudo.

2.3 PRESSUPOSTOS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Com a finalidade de viabilizar a discussão sobre os resultados referentes às representações sociais construídas por postulantes à adoção sobre Adoção convencional e Adoção tardia, a perspectiva teórico-metodológica, adotada nessa pesquisa, seguiu os princípios da Teoria das Representações Sociais, tal como a concebem os teóricos franceses Moscovici e Jodelet (MOSCOVICI, 1976, 2007; JODELET, 1989). Ambos fizeram parte de um segmento da Psicologia Social nomeado como Psicossociologia ou Psicologia Social Sociológica, conhecido por operar uma ruptura com os modelos científicos funcionalistas e positivistas (FARR, 1988 apud NÓBREGA, 1990).

O conceito de Representações Sociais foi, inicialmente, concebido por Moscovici (1976), com base na noção de representação coletiva de Durkheim (NOBRÉGA, 1990), e corresponde a:

Uma instância intermediária entre conceito e percepção; situa-se sobre as dimensões de atitudes, informações e de imagens; contribui para a formação das condutas e para a orientação das comunicações sociais; conduz processos de objetivação, de classificação e de ancoragem; caracteriza-se por uma focalização sobre uma relação social e uma pressão à inferência; e, sobretudo, elabora-se nas diferentes modalidades de comunicação: a difusão, a propagação e a propaganda (DOISE, 1986 apud NÓBREGA, 1990).

Em contraposição às ideias do sociólogo francês, que entendia a sociedade sob uma perspectiva coercitiva, objetiva e estática, Moscovici interessou-se “pela inovação de um social móvel do mundo moderno, transformado com a divisão social do trabalho e com a emergência de um novo saber: a ciência” (NÓBREGA, 1990, p. 6). Neste sentido, as representações sociais foram caracterizadas como um processo criativo, elaborado cognitivamente e simbolicamente, que serve de orientação aos comportamentos das pessoas.

Pode-se dizer que apesar de ter sido diretamente influenciado pela teoria sociológica de Durkheim, Moscovici não se limitou à mesma, avançando na construção de sua própria teoria psicossociológica, com seus respectivos conceitos e visão de homem e de mundo, se distanciando cada vez mais da noção central de representação coletiva, entre outros aspectos da teoria durkheimiana.

De acordo com Jodelet (1989, p. 36), as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, possuindo uma intenção prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. À frente de diversas pesquisas sobre as representações sociais de doença mental, a autora ressalta que o

conceito de representações sociais deve ser utilizado não somente como um conteúdo, estático e estanque, mas também como estrutura dinâmica e forma cognitiva, expressiva dos sujeitos que a constroem, nas suas relações sociais, simbólicas e ideológicas.

Enquanto fenômeno psicossocial, as representações sociais têm como funções os processos de formação de condutas, orientação das comunicações sociais, construções identitárias e justificadoras. Sua comunicação entre o emissor da mensagem e seu receptor ocorre através dos mecanismos de difusão, propagação e propaganda, que são efetivados, respectivamente, por meio das opiniões, atitudes e estereótipos. Tais mecanismos de função e comunicação das representações sociais tornam possível a reconstrução do real através da interpretação dos elementos constitutivos do meio-ambiente, em uma dimensão ordenada e significativa para os membros de determinada comunidade (NÓBREGA, 1990).

Com a finalidade de compreender as bases do processo de formação das representações sociais, Moscovici (1976) também desenvolveu os conceitos sociocognitivos de objetivação e ancoragem. Este primeiro tem como função materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, transformar em objeto o que é representado. A ancoragem está dialeticamente articulada à objetivação que, por sua vez, tem como função a incorporação do que é desconhecido ou novo em uma rede de categorias usuais.

Como referencial teórico de análise e discussão de resultados, a Teoria das Representações Sociais auxilia o pesquisador no conhecimento do modo como determinados grupos humanos constroem saberes para expressarem sua identidade de grupo social, além das representações que formam sobre uma diversidade de objetos sociais, e, principalmente, o conjunto dos códigos culturais que definem, em cada momento histórico, as regras da comunidade (OLIVEIRA; WERBA, 1998).

Nesse sentido, a Teoria das Representações Sociais contribui para a identificação dos modos de comunicação e representação social, além das crenças, imagens, atitudes, valores e significados construídos pelos atores sociais, apontando as estratégias sociocognitivas utilizadas por estes para nomear determinados fenômenos. Cabe ressaltar que a Teoria das Representações Sociais possui princípios teóricos bastante coerentes com os pressupostos metodológicos da Análise do Conteúdo, constituindo, portanto, meios importantes de pesquisa qualitativa, principalmente, quando utilizados de forma conjunta e articulada.

3 MÉTODO

3.1 LÓCUS

A pesquisa ocorreu no Complexo Judiciário da Infância e Juventude de Campina Grande – Pb, instituição pública relacionada ao Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB). A escolha por esse local decorreu do fato de ser este o único, juridicamente, responsável e habilitado, através de seu corpo de profissionais especializados, para a realização das inscrições de postulantes à adoção no Cadastro de Adoção de Campina Grande – Pb e no Cadastro Nacional de Adoção, reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), além da viabilização do processo de habilitação para a adoção e efetivação dos processos adotivos.

3.2 PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa seis postulantes à adoção, inscritos no cadastro de habilitação para adoção da Vara Cível da Infância e Juventude de Campina Grande – Pb, com idades entre 33 e 47 anos ($M = 37$), sendo três do gênero feminino e três do gênero masculino, formando três casais.

Entre os entrevistados, todos eram casados e residiam no município lócus da pesquisa; em termos de escolaridade, três possuíam Ensino Médio completo, dois, Ensino Superior e um, Ensino Técnico; quanto à profissão, três eram autônomos, um, servidor público, um, técnica em Enfermagem e um, gestor de pessoas; em termos de religião, cinco eram católicos, enquanto um era evangélico; três declararam-se pardos, dois, brancos e um, negro; a renda familiar variou entre dois e três salários mínimos, tendo como referência o decreto presidencial Nº 8.381 (BRASIL, 2014), o qual determina o valor do salário mínimo, no ano de 2015, em R\$788,00.

Em relação ao perfil adotivo das crianças e adolescentes, pretendido pelos adotantes, dois entrevistados já possuíam filhos biológicos; nenhum tinha filhos adotivos ou participava de grupos de adoção; todos os participantes queriam adotar apenas uma criança, sendo que três tinham preferência por crianças do gênero feminino, dois, do gênero masculino, e um era indiferente; quanto à etnia, dois pretendiam adotar uma criança parda, dois, branca e dois eram indiferentes; três postulantes aceitavam crianças de outros Estados, enquanto os outros três não; a escolha da idade da criança variou entre zero e três anos ($M = 1,5$).

Desse modo, cabe ressaltar que apesar da pequena abertura para a realização da Adoção tardia, tendo em vista que alguns postulantes pretendiam adotar crianças acima de dois anos de idade, especificamente, com até três anos, enfatiza-se que a maioria dos entrevistados optou por realizar uma Adoção convencional, ou seja, adotar uma criança com idade inferior a dois anos, de preferência, recém-nascida ou com a idade mais aproximada de zero ano.

Convém destacar que todos os entrevistados foram selecionados de forma não probabilística, por conveniência e acessibilidade, e a quantidade de entrevistas foi delimitada conforme o critério de saturação (SÁ, 1998).

3.3 INSTRUMENTOS

Utilizou-se a Técnica de Entrevista em Profundidade, por possibilitar ao pesquisador obter quantidade significativa de informações valiosas sobre o seu objeto de pesquisa, bem como sobre as motivações, atitudes e crenças dos entrevistados frente ao(s) tema(s) em estudo. Essa modalidade de entrevista, que também é designada por Minayo (1998) como Entrevista Aberta, oferece ao entrevistado espaço para discorrer livremente sobre o tema, sem condições pré-estabelecidas, e constitui-se como uma situação de interação social entre pesquisador e entrevistado.

Neste estudo, a entrevista teve a seguinte questão inicial: “Gostaria que você me falasse tudo o que pensa sobre Adoção” e no decorrer da entrevista foi feita a mesma pergunta em relação à Adoção tardia. Outros questionamentos foram realizados quando necessários ao aprofundamento dos temas e de acordo com os conteúdos emergidos nas falas dos participantes, sem perder de vista os objetivos da pesquisa.

Através da Técnica de Entrevista em Profundidade, tornou-se possível ter acesso, através dos discursos dos participantes, a conteúdos relacionados às concepções e significados atribuídos à Adoção convencional e à Adoção tardia, o que possibilitou a apreensão de suas representações sociais. Cabe ressaltar que no decorrer dos depoimentos, quando esses tópicos não foram abordados espontaneamente pelos entrevistados, foram colocados em pauta pelo entrevistador.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Inicialmente, realizou-se visita ao *lócus* de pesquisa para solicitar autorização institucional mediante apresentação do projeto, dos seus objetivos e do método. No processo de coleta dos dados, todos os participantes foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e lhes foram garantidos o anonimato e o sigilo das informações. Também foram assegurados sobre a possibilidade de livre desistência a qualquer momento, sem prejuízos. A entrevista foi aplicada individualmente e realizada em local reservado, com uso de gravador, contando, para tanto, com a autorização prévia do participante. Iniciou-se com a solicitação ao entrevistado que falasse sobre o que é Adoção, e, em seguida, sobre Adoção tardia.

3.5 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados resultantes das entrevistas foram transcritos na íntegra e, em seguida, submetidos ao Método de Análise Temática de Conteúdo, conforme Bardin (2012), obedecendo às seguintes etapas operacionais: organização do material ou constituição do *corpus*; leitura flutuante; codificação, definição de categorias e, por último, definição das unidades de análise.

Nesse tipo de análise, busca-se compreender as características, estruturas e/ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração. O esforço do analista é, então, duplo: entender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e, principalmente, desviar o olhar, buscando outra significação, outra mensagem, passível de se enxergar por meio ou ao lado da primeira.

A Análise de Conteúdo compõe-se de um conjunto de técnicas parciais que, embora tenham a mesma meta – explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens – assumem uma grande disparidade de formas, adaptadas aos tipos de documentos e objetivos dos pesquisadores. Sua utilização prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados (GODOY, 1995; MOREIRA; SIMÕES; PORTO, 2005).

De acordo com Campos (2004), Rocha e Deusdará (2005), na primeira fase da Análise, caracterizada como uma etapa de organização, estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, envolve a leitura flutuante, ou seja, um primeiro contato com os documentos. Na fase de exploração do material, caberá ao pesquisador ler os documentos selecionados, adotando procedimentos de codificação, classificação e categorização.

Na última fase de Análise de Conteúdo, denominada tratamento dos resultados e interpretação, o pesquisador procurará tornar os dados brutos em resultados significativos e válidos. Utilizando técnicas quantitativas e/ou qualitativas, condensará tais resultados em busca de padrões, tendências ou relações implícitas. A interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, conforme indicado anteriormente, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

Os resultados da análise das entrevistas foram discutidos à luz dos pressupostos teóricos da Teoria das Representações Sociais e por meio da literatura sobre os objetos sociais Adoção convencional e Adoção tardia. Convém ressaltar que o método de Análise do Conteúdo possui pressupostos metodológicos convergentes com os princípios teóricos da Teoria das Representações Sociais, constituindo, portanto, meios importantes de pesquisa qualitativa, principalmente, quando utilizados de forma conjunta e articulada.

3.6 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A realização desse estudo seguiu os critérios éticos estipulados pela Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), que regulamenta a ética na pesquisa com seres humanos no Brasil. Após cadastro na Plataforma Brasil, o mesmo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), para apreciação e avaliação, o qual obteve aprovação (ver ANEXO A). Foi elaborado um Termo de Responsabilidade do Pesquisador e um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo emitido em duas vias, ficando uma arquivada com o pesquisador responsável e a outra, com o participante da pesquisa. Somente após a aprovação pelo Comitê de Ética foi dado início à coleta de dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram transcritos na íntegra e submetidos às etapas operacionais da Análise Temática de Conteúdo, conforme já mencionadas na seção anterior, referente ao Método, especificamente, no tópico: “Processamento e análise dos dados”. Inicialmente, constituiu-se um *corpus*, formado pelas seis entrevistas; em seguida, procedeu-se à leitura flutuante ou superficial do material, com a finalidade de absorver os dados obtidos; na fase de codificação e recortes, o *corpus* foi decomposto em unidades temáticas e os temas foram codificados, com o agrupamento do material em categorias e subcategorias, obedecendo aos princípios de exclusividade e exaustividade, a fim de garantir a validade interna da categorização.

As unidades temáticas foram selecionadas e classificadas a partir da relação com as categorias codificadas e validadas; por conseguinte, procedeu-se à descrição, análise e discussão detalhada das categorias à luz dos princípios da Teoria das Representações Sociais e da literatura existente sobre os objetos sociais: Adoção convencional e Adoção tardia. As categorias alcançadas foram codificadas e validadas externamente por um juiz, com experiência no mesmo referencial teórico e metodológico utilizado nesse trabalho; por fim, foram apreendidas as Representações Sociais construídas pelos postulantes à adoção sobre Adoção convencional e Adoção tardia.

A partir das falas dos participantes, obtidas por meio das entrevistas, realizou-se o recorte das respectivas unidades temáticas e o registro das frequências e das porcentagens de suas ocorrências, obtendo-se, no total, quatro categorias, 20 subcategorias e 313 unidades temáticas. Todas essas características foram abrangidas por duas classes temáticas, denominadas **Adoção convencional** e **Adoção tardia**, que coincidiram com os objetos de estudo dessa pesquisa (**Tabela 1**).

Tabela 1 – Classes, Categorias e Subcategorias emergentes da Análise Temática de Conteúdo, com suas respectivas frequências e porcentagens de unidades temáticas.

CLASSES TEMÁTICAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	F	%	
ADOÇÃO CONVENCIONAL (46,6%)	1. CONCEPÇÕES (35,8%)	1. Processo difícil	33	29,5	
		2. Gesto de amor	29	25,9	
		3. Modo de ajudar	24	21,4	
		4. Modo de complementar a família	18	16,1	
		5. Satisfação de interesses pessoais	8	7,1	
			<i>Subtotal</i>	112	100
	2. SIGNIFICADOS (10,8%)	6. Vivência das primeiras fases	15	44,1	
		7. Preferência pessoal	10	29,4	
		8. Modelação do comportamento	9	26,5	
			<i>Subtotal</i>	34	100
	<i>Subtotal da Classe Adoção Convencional</i>		146	100	
ADOÇÃO TARDIA (53,4%)	3. CONCEPÇÕES (19,5%)	9. Idade da criança	21	34,3	
		10. Última alternativa	11	18	
		11. Adoção demorada	8	13,1	
		12. Tempo prolongado no abrigo	8	13,1	
		13. Filhos biológicos	7	11,7	
		14. Idade dos postulantes	6	9,8	
			<i>Subtotal</i>	61	100
	4. SIGNIFICADOS (33,9%)	15. Pensamentos formados	33	33,1	
		16. Dificuldades	20	19	
		17. Preferência pessoal	17	16	
		18. Bagagem familiar	16	15,1	
		19. Expectativas	11	10,3	
		20. Abandono	9	8,5	
		<i>Subtotal</i>	106	100	
	<i>Subtotal da Classe Adoção Tardia</i>		167	100	
<i>TOTAL DE UNIDADES TEMÁTICAS</i>			313	100	

Antes de iniciar a discussão dos resultados encontrados, convém realizar algumas ressalvas e esclarecimentos em relação à classe temática **Adoção convencional**, a fim de viabilizar sua melhor compreensão. Após a análise das entrevistas realizadas com os postulantes, verificou-se que ao serem questionados sobre o conceito e os sentidos atribuídos à “Adoção” de um modo geral, seus discursos apontaram para duas perspectivas diferentes frente a este fenômeno. Por um lado, expressaram, em suas respostas, o conceito mais amplo de Adoção, isto é, o processo social e jurídico de atribuição de parentesco a crianças e

adolescentes aptos à adoção. Por outro lado, em outros momentos, seus discursos direcionaram-se para o conceito mais restrito, denominado na literatura científica de “Adoção convencional” (EBRAHIM, 2001a), que se constitui como um dos objetos de estudo desta pesquisa, o qual remete à adoção de crianças com idade inferior a dois anos.

Tal distinção conceitual, verificada nas narrativas dos postulantes, emergiu de forma espontânea e constituiu-se como um dado significativo, uma vez que a questão inicial da entrevista, que consistiu em: “Gostaria que você me falasse tudo o que pensa sobre Adoção” abordou o fenômeno mais amplo da Adoção, sem fazer menção ao conceito mais restrito de Adoção convencional. Porém, supõe-se que em razão das características mais flexíveis da Técnica de Entrevista em Profundidade, as respostas dos entrevistados acabaram se referindo, em grande parte, ao conceito de Adoção convencional. Durante as entrevistas, pretendeu-se deixar os discursos surgirem sem direcionamentos prévios, a fim de facilitar a apreensão das representações sociais para conhecer como tais fenômenos se encontram configurados no imaginário e no cotidiano dos postulantes.

Desse modo, durante a análise dos dados, considerou-se, de forma mais significativa, o conceito restrito de Adoção convencional, isto é, a modalidade tradicional de adoção de crianças com idade inferior a dois anos, tendo em vista sua importância para o alcance dos objetivos pretendidos por esse trabalho, dentre eles, comparar as representações sociais elaboradas pelos postulantes sobre a Adoção convencional e a Adoção tardia.

Sob esses esclarecimentos, realizou-se, nas linhas seguintes, a descrição objetiva das classes temáticas, categorias, subcategorias e unidades temáticas relacionadas à Adoção convencional e à Adoção tardia, além da análise minuciosa de seus principais aspectos, com base na literatura científica sobre os respectivos objetos de estudo e à luz dos princípios da Teoria das Representações Sociais.

De acordo com os conteúdos apresentados na **Tabela 1**, chama a atenção o fato de os postulantes à adoção concederem uma ênfase maior para o tema **Adoção tardia**, com percentual de 53,4% das unidades temáticas identificadas. Esse dado pode indicar uma maior necessidade dos participantes em assimilar, significar, nomear e tornar mais próximo e menos estranho tal fenômeno, através do processo ativo de ancoragem, o qual viabiliza a integração do novo objeto ao repertório cognitivo de elementos já conhecidos pelos indivíduos, tornando-o familiar, assim como parece ser para eles a própria Adoção convencional.

Por sua vez, o tema **Adoção convencional** concentrou 46,6% dos recortes temáticos identificados, o que evidencia uma diferença de 6,8% entre essas duas classes temáticas. A divergência encontrada na quantidade de conteúdos relacionados às respectivas classes, com

uma concentração maior sobre a temática **Adoção tardia**, além de expressar a tentativa de apreender tal fenômeno, também pode significar o esforço dos postulantes em tentar explicar e justificar seu desinteresse por esse tipo de adoção, conforme poderá ser visto, posteriormente, durante a discussão da categoria *Significados Atribuídos à Adoção Tardia* (**Tabela 5**).

Tanto em relação à necessidade dos postulantes em assimilar o conceito de Adoção tardia quanto às dificuldades encontradas nesse processo de assimilação, chama à atenção a tentativa dos postulantes de elaborar e se apropriar deste objeto, em relação ao qual não se mostram alheios ou indiferentes, pelo contrário, se utilizam de recursos sociocognitivos, como a ancoragem e a objetivação, a fim de tornar seus elementos desconhecidos mais compreensíveis e palpáveis.

Realizou-se, a seguir, o aprofundamento das classes temáticas **Adoção convencional** e **Adoção tardia**, através da descrição e análise das categorias pertinentes às respectivas temáticas. Buscou-se esmiuçar e operacionalizar as categorias, a fim de viabilizar sua melhor compreensão.

A partir da análise minuciosa da classe temática **Adoção convencional**, observou-se o surgimento de duas categorias: *Concepções de Adoção Convencional*, a qual agrupou 35,8% das falas recortadas, e *Significados Atribuídos à Adoção Convencional*, que somou 10,8% das unidades temáticas registradas. De forma operacional, a categoria *Concepções de Adoção Convencional* diz respeito ao modo como os postulantes definem o objeto de estudo Adoção convencional, isto é, como concebem a adoção de crianças com idade inferior a dois anos. Por sua vez, a categoria *Significados Atribuídos à Adoção Convencional* corresponde aos significados compartilhados socialmente e atribuídos pelos postulantes ao objeto de estudo Adoção convencional, em outras palavras, diz respeito aos significados atribuídos à modalidade de adoção tradicional, por meio da qual, se adota criança com idade inferior a dois anos.

Por sua vez, a análise detalhada da classe temática **Adoção tardia** também resultou no surgimento de duas categorias: *Concepções de Adoção Tardia*, com 19,5% das unidades temáticas, e *Significados Atribuídos a Adoção Tardia*, com uma concentração de 33,9% dos recortes temáticos. A categoria *Concepções de Adoção Tardia* compreende, em termos operacionais, o modo como os postulantes definem a adoção de crianças e adolescentes com idade superior a dois anos de idade. Por sua vez, a categoria *Significados Atribuídos a Adoção Tardia* refere-se aos significados compartilhados socialmente e atribuídos pelos postulantes a essa modalidade moderna de adoção.

Destaca-se a presença de uma maior homogeneidade nos discursos que compõem as categorias *Concepções de Adoção Convencional* e *Significados Atribuídos à Adoção Convencional*, em razão da quantidade menor de subcategorias identificadas nessas categorias, as quais somaram oito subcategorias distintas, sendo cinco pertencentes à categoria *Concepções* e somente três, à categoria *Significados*. Por outro lado, enfatiza-se uma menor homogeneidade nos conteúdos que se referem às categorias *Concepções* e *Significados Atribuídos à Adoção Tardia*, as quais constituíram doze subcategorias distintas, sendo seis pertencentes às *Concepções* e seis, aos *Significados*.

A constatação de menor homogeneidade dos discursos pertencentes às categorias da classe temática **Adoção tardia** pode remeter, mais uma vez, às dificuldades e, ao mesmo tempo, à tentativa de elaboração de representações sociais por parte dos postulantes para apreender, de forma clara e segura, esta modalidade de Adoção. Os mesmos a concebem sob critérios difusos e pouco articulados de definição, como a idade da criança e dos postulantes; o tempo prolongado dos adolescentes nos abrigos e a condição de última alternativa. Por outro lado, chama à atenção a facilidade dos postulantes em falarem sobre a Adoção convencional, os quais se utilizaram de conceitos claros, a partir de um discurso consensual, expresso nas concepções e significados atribuídos a esse objeto social.

Em meio às dificuldades encontradas pelos postulantes em nomear a Adoção tardia, talvez em razão da pouca familiaridade com o termo, enfatiza-se a tentativa de se apropriar do fenômeno, a fim de assimilá-lo, nomeá-lo, lhe conceder sentido e, inclusive, reunir subsídios para justificar sua não preferência por esta modalidade adotiva. Desse modo, ao tentar se apropriar do objeto desconhecido, nomeando-o, os postulantes se utilizaram de mecanismos sociocognitivos responsáveis pela formação das representações sociais.

Após ter abordado, nas linhas anteriores, sobre as classes temáticas de um modo geral, inicia-se aqui a discussão teórica das categorias pertinentes a cada uma delas, através da análise das respectivas unidades temáticas com base na literatura existente sobre os objetos em estudo e à luz dos princípios da Teoria das Representações sociais.

No que se refere à categoria *Concepções de Adoção Convencional*, percebe-se uma maior concentração de unidades temáticas nas concepções de Adoção convencional como *processo difícil* ($f = 33$; 29,5%), seguida das subcategorias *gesto de amor* ($f = 29$; 25,9%), *modo de ajudar* ($f = 24$; 21,4%), *modo de complementar a família* ($f = 18$; 16,1%) e, por fim, a *satisfação de interesses pessoais* dos postulantes ($f = 8$; 7,1%), em alguns casos, somados à satisfação simultânea das necessidades das crianças e adolescentes à espera de uma família (**Tabela 1**).

Tabela 2 – Unidades temáticas referentes às *Concepções de Adoção Convencional*

UNIDADES TEMÁTICAS	F	%
Processo difícil “ <i>não é sempre flores () sempre tem uma rebeldia () muito difícil aceitar um não (2) requer muito tempo e responsabilidade () não é como uma boneca () se doar completamente () requer muito amor e dedicação () ter muito tempo e dar carinho () ter cuidado () não é muito fácil () não tem só mil amores () não é só pensar no lado bom () abrir mão de muitas coisas () não pode mais pensar em si () sair não é mais possível () dar o máximo possível de si () nem todo mundo é capaz de cuidar de uma criança () ter que proteger aquela criança () muitos não são capazes de cuidar de si () educar uma criança é um desafio grande (3) é um desafio () não é fácil () tem que cuidar, é muita coisa () a responsabilidade é grande () enfrenta dificuldades () dificuldades no sentido da educação (2) passar um conflito () enfrentar junto qualquer tipo de preconceito () enfrentar qualquer tipo de olhar diferente ()</i> ”	33	29,5
Gesto de amor “ <i>um gesto de amor (5) meu coração pede uma criança (4) vai ter muito amor () uma parte e grande de amor () conforto de amor () uma grande parte de amor (2) ato de amor (6) ato de doar amor () amar a criança () forma de amor () ter muito amor () amar uma pessoa () dar esse amor que a gente tem () é amor () dar amor () compartilhar o meu amor ()</i> ”	29	25,9
Modo de ajudar “ <i>eu quero ajudar () servir ao próximo (2) crianças precisando de amor () poder ajudar () precisando de uma família (2) ajudar a ter o que lhe foi negado () essa criança vai dizer obrigada () dar outra chance a eles () outra chance pra ele ser alguém () mais chance de ser alguém () dar um empurrãozinho maior () fazer a parte da gente ajudando () fazer bem ao próximo () preencher o que tá faltando () uma criança que tá precisando () uma família que dê todo suporte () dar pra uma criança que foi abandonada () adotar uma criança que precisa do seu amor () o pai e a mãe abandonaram () crianças precisando de amor () por que não compartilhar () os jovens estão precisando ()</i> ”	24	21,4
Modo de complementar a família “ <i>a criança vai complementar () a criança dá sentido ao casal () complementar a instituição familiar () sente a ausência de uma criança () sensação de que tá faltando algo () sentimento de que tá faltando alguma coisa () complementar minha família () a gente quer mais uma pessoa () constituir família () completar os dois lados () pretende uma criança ainda () criar mais uma criança () um complemento () como se fosse um complemento () iria complementar () preencher o que tá faltando pra minha família () aquela parte de complementar () uma criança fortalece os laços familiares ()</i> ”	18	16,1
Satisfação de interesses pessoais “ <i>mais ainda pra gente () satisfazer nossa vontade () nos fazendo um gesto de amor também () um ato de amor e necessidade (2) da nossa parte () vai ser bom pra nós () enquanto Jesus ainda não mandou o nosso ()</i> ”	8	7,1
TOTAL	112	100

Como se pode observar na **Tabela 2**, os recortes das falas dos entrevistados, que dizem respeito à subcategoria *processo difícil*, remetem-se à dedicação e aos cuidados necessários para adotar, além dos desafios que lhe sucedem: “*dar o máximo possível de si*”; “*requer muito tempo e responsabilidade*”; “*educar uma criança é um desafio grande*”.

Tramitadas as questões burocráticas, caracterizadas pela morosidade, independentemente do tipo de ação judicial, a Adoção é representada como um processo tão natural quanto à gestação, pois ambas requerem dos pais biológicos ou adotivos desejo, amor, dedicação e responsabilidade na criação de seus filhos (CAMARGO, 2005). Sua concretização depende da vivência da criança e dos motivos que a impossibilitaram de permanecer com a família de origem, assim como da tolerância e da capacidade de dedicação dos pais adotivos, que ora enfrentam problemas habituais, ora condições bastante estressantes,

semelhantes às vividas pelas famílias com filhos biológicos (DINIZ, 1994 apud EBRAHIM, 2001a).

Os conceitos compartilhados pela maioria dos postulantes entrevistados, sobre a Adoção convencional como um processo difícil e desafiador, estão diretamente relacionados ao conteúdo da maior parte das publicações científicas brasileiras. Conforme Vargas e Weber (1996), estes trabalhos, ao tratarem do assunto, simplificando-o, a fim de que o público leigo o compreenda, costumam descrever casos clínicos, patológicos e psiquiátricos, produzindo uma clara distorção e restrição no conceito de Adoção, o qual é associado a problemas e fracassos.

Na subcategoria *gesto de amor*, percebe-se nos relatos dos entrevistados a referência à afetividade e ao carinho como principais características da Adoção convencional: “*meu coração pede uma criança*”; “*um gesto de amor*”; “*compartilhar o meu amor*”.

Pode-se inferir, em relação aos conteúdos semânticos desta subcategoria, que as representações elaboradas frente à Adoção convencional apresentam-se impregnadas de motivações afetivas que subjazem a prática da Adoção. De acordo com Silva (2009), o gesto de adotar ou de colocar crianças e adolescentes em famílias, que não a sua, de origem biológica, define um traço típico nos paradigmas de paternidade, maternidade e filiação, pois representa a possibilidade da construção do vínculo afetivo que, enquanto tal, assemelha-se à qualidade do vínculo biológico e de suas ressonâncias, como o apego, o afeto, e o sentimento de pertença à família.

Enfatiza-se a importância do afeto para o sucesso da Adoção, por este se configurar como um fator primordial no desenvolvimento saudável das relações entre os adotantes e os filhos adotivos, viabilizando o êxito da colocação da criança em família substituta. Conforme Ebrahim (2001a), crianças sem famílias, abandonadas ou institucionalizadas, sem figuras afetivas com quem possam estabelecer vínculos ou interações estáveis, estão mais sujeitas a dificuldades em seu desenvolvimento biológico e emocional, do que aquelas que têm um porto seguro onde ancorar.

Os relatos dos entrevistados sobre a subcategoria *modo de ajudar* referem-se a características paternalistas e assistencialistas, como generosidade, benevolência e prestação de favores, por parte dos adotantes, em relação às crianças e aos adolescentes aptos à adoção, das quais se espera uma retribuição imediata ou futura: “*servir ao próximo*”; “*uma criança que tá precisando*”; “*o pai e a mãe abandonaram*”.

De acordo com Silva e Kemmelmeier (2010), durante muito tempo, a prática da Adoção contemplava somente os interesses dos pais adotivos. Casais que não podiam ter filhos, que

perderam algum filho ou que se sentiam solitários com a saída dos filhos de casa, recorriam à adoção de uma nova criança como meio de suprir uma falta, uma necessidade. À criança adotada cabia uma posição de resignação e gratidão frente à oportunidade que estava recebendo e pela perspectiva de um futuro melhor. Tal prática até hoje ainda alimenta a tendência de alguns postulantes a associar a Adoção a gestos de caridade, bondade e filantropia.

Embora os interesses dos adotantes de constituir uma família através da via legal da adoção sejam reconhecidos social e juridicamente, a proteção dos direitos das crianças e adolescentes é garantida por lei, sendo prioritárias suas necessidades, conforme regimentam a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, como defende Ebrahim (2001a), a adoção não deve, de modo algum, ser compreendida como um meio assistencialista de resolver problemas pessoais ou sociais, de responsabilidade estatal, como o abandono e a institucionalização de crianças e adolescentes, mas sim, como um meio de garantir o direito de todo indivíduo a ter uma família, seja biológica ou adotiva.

Quanto ao conjunto de concepções de Adoção convencional que diz respeito à subcategoria *modo de complementar a família*, os relatos dos entrevistados apontam para os sentimentos de vazio e incompletude vividos por estes em razão da ausência de uma criança na família, assim como para a possibilidade de preenchimento desse vazio e fortalecimento da instituição familiar através da Adoção: “*sensação de que tá faltando algo*”; “*a criança dá sentido ao casal*”; “*uma criança fortalece os laços familiares*”.

A intenção dos postulantes ao expressarem o desejo de adotar uma criança ou um adolescente pode estar relacionada a diversos motivos, pessoais ou não, desde constituir uma família, sendo este o mais comum, até preencher o vazio causado por uma perda familiar ou explorar a criança através do trabalho forçado, por exemplo, desconsiderando seus direitos e violentando suas necessidades (SILVA; KEMMELMEIER, 2010).

Em meio aos motivos que impulsionam a vontade de adotar, Ebrahim (2001a) ressalta a importância das relações familiares para o desenvolvimento da criança, defendendo que as relações entre pais e filhos são essenciais para a formação da personalidade e a adaptação social do indivíduo. Embora o fato de pertencer a uma família não assegure um desenvolvimento necessariamente mais adequado, espera-se que promova condições que o favorecem.

Por fim, as narrativas que compõem a subcategoria *satisfação de interesses pessoais* expressam que os postulantes concebem a Adoção convencional como um meio de satisfação de seus próprios interesses, apesar de, em alguns casos, também considerarem os interesses da

criança e do adolescente: “*satisfazer nossa vontade*”; “*nos fazendo um gesto de amor também*”; “*enquanto Jesus ainda não mandou o nosso*”.

Convém, mais uma vez, destacar que por muito tempo, no Brasil, a Adoção foi tratada como via de mão única, mediante a qual se buscava somente atender aos anseios dos adotantes, em detrimento das necessidades das crianças e adolescentes aptos para a adoção (AMIN; MENANDRO, 2007). Apesar dos avanços práticos e legais, para a maioria dos adotantes, a adoção continua sendo um modo de satisfazer seus interesses pessoais, realizar suas aspirações e desejos de viver a maternidade e a paternidade, tanto que esta é comumente representada no imaginário social como solução para a infertilidade, sendo esta uma das principais razões para a procura maciça de bebês (EBRAHIM, 2001b).

A Adoção deve ter como interesse maior o bem estar da criança, privilegiando o direito desta a ter uma família que a ame e a proteja. Isto quer dizer que o fundamental a defender são os direitos da criança, e não simplesmente o interesse do adulto (PURETZ; LUIZ, 2007). Por outro lado, quando bem sucedida, a Adoção, inevitavelmente, provoca mudanças significativas na estrutura funcional da família adotante que recebe um novo integrante, com um modo de ser próprio e solidificado, com hábitos e costumes peculiares, que o caracterizam como um ser singular, muitas vezes, diferente dos demais membros da família adotante (SILVA; KEMMELMEIER, 2010).

A partir das discussões acima realizadas, a respeito da categoria *Concepções de Adoção Convencional*, pode-se afirmar que a construção das representações sociais sobre Adoção convencional, pelos postulantes, edificou-se sobre as concepções elaboradas por estes para definir e nomear o respectivo objeto social: processo difícil; gesto de amor; modo de ajudar; modo de complementar a família; satisfação de interesses pessoais.

Através do mecanismo sociocognitivo da ancoragem, responsável pela incorporação daquilo que é desconhecido em uma rede cognitiva de categorias usuais (MOSCOVICI, 1976), os postulantes representaram socialmente a Adoção convencional, ancorados nas concepções desafiadoras, afetivas, assistencialistas, complementares e pessoais de adoção. Essas informações são integradas e transformadas pelo sistema cognitivo dos indivíduos em um conjunto de conhecimentos socialmente estabelecidos, auxiliando-os na interpretação e ação sobre a realidade (JODELET, 1989).

Enquanto recurso dialeticamente relacionado à ancoragem, a objetivação é responsável por tornar concretos e palpáveis conceitos abstratos, viabilizando o distanciamento, a neutralidade e a observação do objeto pelos atores sociais (MOSCOVICI, 1976). Por meio deste recurso, os postulantes associaram a noção abstrata e impalpável de Adoção

convencional à dimensão prática e objetiva do fenômeno, relacionada às dificuldades inerentes ao processo adotivo; aos gestos de amor e modos de ajudar; ao preenchimento da instituição familiar através da adoção, além das necessidades individuais dos adotantes.

Desse modo, junto ao processo de ancoragem de conceitos abstratos e imateriais, como a afetividade e o assistencialismo, os quais podem se configurar como de difícil apreensão para alguns membros do grupo dos postulantes à adoção, soma-se o recurso sociocognitivo da objetivação, o qual permite a materialização dos conceitos abstratos, concedendo-lhes características corpóreas, palpáveis e materiais, como no caso do uso das expressões gesto de amor ou modo de ajudar para se referir, respectivamente, às idéias de afetividade e assistencialismo.

A ancoragem e a objetivação contribuem para o processo de formação das representações sociais, assegurando a incorporação do estranho, a interpretação da realidade e a orientação dos comportamentos (NOBREGA, 1990). Nesse sentido, ao ancorarem e objetivarem suas representações sociais sobre Adoção convencional em concepções abstratas e objetivas de adoção, os postulantes constroem um sistema de conhecimentos, valores e práticas que, além de permitir sua orientação no meio social e material, asseguram a comunicação com outros membros do grupo, propondo-lhes códigos para nomear e classificar a Adoção convencional.

Enfatiza-se que as representações sociais sobre Adoção convencional, elaboradas pelos postulantes, subdividiram-se em duas perspectivas opostas: Adoção moderna e Adoção tradicional. Ao conceituarem Adoção convencional, os postulantes referiram-se às dificuldades inerentes ao processo e ao amor necessário para se criar um filho adotivo, se ancorando numa visão mais atual e moderna de adoção, conforme a qual, os direitos das crianças e adolescentes em ter uma família são prioritários. Por outro lado, atribuíram à Adoção convencional significações de caráter assistencialista e pessoal, mantendo-a ancorada a representações sociais tradicionais e a concebendo como uma forma de satisfazer seus interesses individuais, em detrimento das necessidades das crianças e adolescentes aptos à adoção.

Esta constatação sugere a ocorrência de mudanças pouco significativas, ao longo do tempo, nas representações sociais construídas sobre Adoção convencional, as quais continuam ancoradas numa cultura individualista de adoção, centrada nos interesses dos postulantes. Tal dado converge com os resultados de pesquisas realizadas sobre as representações sociais sobre Adoção convencional e Adoção tardia, elaboradas por postulantes à adoção

(EBRAHIM, 2001a; CAMARGO, 2005; COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007; AMIN; MENANDRO, 2007).

No que diz respeito à segunda categoria da classe **Adoção convencional**, *Significados Atribuídos à Adoção Convencional*, os conteúdos semânticos da maior parte das unidades temáticas concentrou-se na subcategoria *vivência das primeiras fases* de desenvolvimento ($f = 15$; 44,1%), seguida da *preferência pessoal* por crianças com idade inferior a dois anos ($f = 10$; 29,4%) e da *modelação do comportamento* infantil ($f = 9$; 26,5%) (**Tabela 1**).

Tabela 3 – Unidades temáticas referentes aos *Significados Atribuídos à Adoção Convencional*

UNIDADES TEMÁTICAS	F	%
Vivência das primeiras fases “passar por essa fase de pequenininha () bebezinho pra viver todas as fases () engatinhar, andar, aprender a falar () eu quero passar por isso () passar por todas as fases () da infância até adulto () eu não quero pular () eu quero passar por isso () eu acho a mais principal () passar por essa fase () pra ser mãe, tenho que começar da base () ir mostrando pra criança () ao passar da convivência, ver como ela é () quero curtir a fase de criança () curtindo quatro, cinco anos ()”	15	44,1
Preferência pessoal “não gostaria de ter um adolescente () não dizem que querem aquela criança maior () elas não são tão procuradas () elas são menos procuradas () eu adotaria depois do meu primeiro (2) depois do primeiro () depois do pequenininho () são as que as pessoas menos buscam () eu adotaria de zero a quatro anos ()”	10	29,4
Modelação do comportamento “uma criança que convive comigo desde pequeno é mais fácil de seguir meu ritmo () vai tá construindo desde o princípio que o jeito correto é assim () primeira infância, você tem que trabalhar bem a criança () desde criança ensinar a se comportar () pegar mais novos porque querem formar a criança de seu jeito () uma criança que a gente possa mostrar nossos valores () ir ajudando ali naquela educação () uma criança de três anos não tem consciência de certo e errado () uma criança de dois anos é tão inocente pra já ter a formação de índole ()”	9	26,5
TOTAL	34	100

Conforme a **Tabela 3**, os discursos compartilhados socialmente referentes à categoria *vivências das primeiras fases* trazem à tona o conceito de maternidade e fazem referência à importância da primeira educação da criança: “passar por essa fase de pequenininha”; “pra ser mãe, tenho que começar da base”; “eu acho a mais principal”.

Percebe-se que os postulantes ancoram suas representações sociais sobre Adoção convencional em concepções tradicionais de maternidade e educação, objetificando o conceito de Adoção através da vivência, enquanto mãe, das fases de desenvolvimento do bebê. Camargo (2005) ressalta que os conceitos de paternidade e maternidade atravessam gerações e sofrem mudanças, mas na essência de cada um sempre estará a responsabilidade do cuidado com os filhos, principalmente por parte da figura materna, a qual, conforme os costumes e valores tradicionais, deve exercer a capacidade natural de amar incondicionalmente seus filhos.

De acordo com Costa e Rossetti-Ferreira (2007), as pessoas que buscam realizar adoções no Brasil estão fortemente marcadas por concepções de maternidade, paternidade,

família e educação, que valorizam o modelo biológico de parentalidade, os vínculos consanguíneos e, de alguma forma, procuram mimetizar essas relações através da adoção. Persiste entre os adotantes a crença de que crianças que não sabem que são adotivas têm menos problemas, e, por isso, se deve adotar bebês para que se possa esconder delas o processo de adoção (EBRAHIM, 2001a).

Em pesquisa realizada por Weber (2003 apud COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007), com 240 pais adotivos, por meio da qual se objetivou traçar um perfil sobre adoção e família adotiva no Brasil, os entrevistados relataram o desejo de seguir o padrão da biologia e passar pela experiência de cuidar de um bebê com poucos dias de vida. Do mesmo modo, ressalta-se a pesquisa realizada por Camargo (2005), o qual comparou as justificativas de adotantes para realizar a Adoção convencional e desistir da Adoção tardia. Os resultados apontaram que os pretendentes à Adoção convencional justificaram sua escolha em razão da adaptação tranquila da criança; da construção de um vínculo afetivo mais profundo; da possibilidade de se manter em segredo a origem da criança; do acompanhamento integral de seu desenvolvimento físico, psicológico e social; do registro da construção da história familiar e em razão da satisfação do desejo materno e/ou paterno.

Os conteúdos dos relatos sobre a subcategoria *preferência pessoal* parecem se referir à predileção dos postulantes pela adoção de crianças com idade inferior a dois anos, em detrimento da adoção de crianças com mais de dois anos de idade, as quais configuraram como possibilidade secundária de adoção: “*elas não são tão procuradas*”; “*eu adotaria depois do meu primeiro*”; “*não gostaria de ter um adolescente*”.

De acordo com Silva e Kemmelmeier (2010), considera-se muito presente, na realidade brasileira, a preferência dos postulantes por bebês recém-nascidos, em virtude da crença difundida de que crianças maiores já vêm com uma bagagem que pode prejudicar ou dificultar o processo de adaptação à nova família. É muito comum as pessoas associarem as condutas e comportamentos dessas crianças ao seu histórico, quase sempre marcado por situações de abandono, desamparo, violência ou negligência, experimentadas na família de origem ou na instituição de abrigo da qual possam ter advindo.

Tal fato se justifica pelo encontro de possibilidades e expectativas que nas crianças recém-nascidas se materializam, pois representam, segundo o imaginário social dos postulantes, a possibilidade de uma adaptação tranquila da criança em relação aos pais e dos pais em relação à criança; a oportunidade de construção de um vínculo afetivo mais profundo entre mãe-pai-filho; um tempo hábil para a construção dos segredos que guardam as origens

da criança e o acompanhamento integral de seu desenvolvimento físico e psicossocial (CAMARGO, 2005).

As pessoas preferem a Adoção convencional por acreditarem que podem obter uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma adequada socialização, por meio das quais, as crianças sejam capazes de atender aos anseios e expectativas da família substitutiva. Por outro lado, tem se difundido bastante uma cultura da adoção, em que o objetivo é proporcionar um lar para crianças que não o têm, sem valorizar em demasia características como condições de saúde, cor, gênero e idade da criança ou adolescente a ser adotado (EBRAHIM, 2001b).

Por fim, no que se refere à subcategoria *modelação do comportamento*, aparecem, nas falas dos entrevistados, fatores como a inocência e a ausência de discernimento por parte das crianças com idade inferior a dois anos, assim como a facilidade em educá-los e lhes transmitir novos valores: “*uma criança de três anos não tem consciência de certo e errado*”; “*uma criança que convive comigo desde pequeno é mais fácil de seguir meu ritmo*”; “*uma criança que a gente possa mostrar nossos valores*”.

Percebe-se o anseio dos postulantes quanto às possibilidades de controlar e modelar o comportamento das crianças adotadas, conforme seus valores, crenças e costumes. Para Ebrahim (2001a), as relações entre pais e filhos são essenciais para a formação da personalidade e a adaptação social do indivíduo, pois embora o fato de pertencer a uma família não assegure um desenvolvimento necessariamente mais adequado, promove condições que o favorecem.

De acordo com Camargo (2005), grande parte dos postulantes à adoção anseia participar de forma ativa da educação dos filhos, buscando o exercício de papéis centrais no desenvolvimento biológico e moral das crianças, desde a mais tenra idade. Tal representação dificulta a adoção de crianças maiores, pois, estas, conforme o imaginário social dos postulantes, não possibilitariam a realização de seus desejos pessoais de exercer a paternidade e a maternidade

A partir da análise das unidades temáticas referentes à categoria *Significados Atribuídos à Adoção Convencional*, os quais correspondem à vivência das primeiras fases de desenvolvimento da criança; à preferência pessoal pela Adoção convencional e às possibilidades de modelação do comportamento infantil, percebe-se que os postulantes se posicionaram de modo favorável à Adoção convencional, preconizando sua prática e defendendo aqueles que preferem essa modalidade adotiva. As estratégias e argumentos utilizados pelos postulantes, para tentar legitimar suas falas, ancoraram-se em concepções tradicionais de maternidade, enquanto obrigatoriedade da vivência das primeiras fases de

desenvolvimento infantil; nas facilidades em se adotar uma criança com menos idade; e na possibilidade de modelar seus comportamentos, conforme os costumes e valores das famílias adotantes.

A partir dos discursos compartilhados pelos postulantes, pôde-se observar a presença das funções justificadora e identitária das representações sociais, como forma de tornar plausível sua preferência pela Adoção convencional, em detrimento da Adoção tardia. A função justificadora permite aos atores manterem ou reforçarem os comportamentos de diferenciação social, nas relações sociais, enquanto a função identitária permite salvaguardar a imagem positiva do grupo e sua especificidade (NÓBREGA, 1990). Nesse sentido, ao se identificar com o grupo dos adotantes convencionais, os postulantes tentaram preconizar seus valores e conhecimentos, reproduzindo suas práticas, e justificando seu posicionamento favorável à adoção de crianças mais novas em razão de fatores experienciais, pessoais e comportamentais.

Na primeira categoria relativa à classe temática **Adoção tardia**, *Concepções de Adoção Tardia*, a *idade da criança* ($f = 21$; 34,3%) obteve o maior número de unidades temáticas, seguida da subcategoria *última alternativa* ($f = 11$; 18%). No mesmo patamar, ficaram *adoção demorada* ($f = 8$; 13,1%) e *tempo prolongado no abrigo* ($f = 8$; 13,1%) e, por fim, os critérios de definição *filhos biológicos* ($f = 7$; 11,7%) e *idade dos postulantes* ($f = 6$; 9,8%) (**Tabela 1**).

Cabe ressaltar que a maioria das unidades temáticas, presentes na categoria *Concepções de Adoção tardia*, apontou para uma definição correta de Adoção tardia pelos postulantes, os quais levaram em consideração a faixa etária das crianças e adolescentes aptos para a adoção. Por outro lado, destaca-se a grande quantidade de fatores apontados pelos entrevistados, corroborando as dificuldades na definição de Adoção tardia em detrimento da maior facilidade em conceituar o objeto de estudo Adoção convencional.

Tabela 4 – Unidades temáticas referentes às *Concepções de Adoção Tardia*

UNIDADES TEMÁTICAS	F	%
Idade da criança “pela idade da criança (3) não importa se vem com zero, dois, três anos () não importa a idade nem a cor () tanto faz a idade da criança () crianças maiores que ninguém quer () acima de quatro anos () acima de seis anos () independe se for dois, três, quatro anos () tem a faixa etária () ser adotada depois dos quinze (2) até os quinze anos, não conseguir ser adotada () os maiores ficando e os pequenos saindo () o menino tinha doze anos () faixa etária da criança () quando é a idade () você já vai pegar um pré-adolescente () você vai pegar já adolescente () na fase adulta, não conseguir ser adotada ()”	21	34,3
Última alternativa “quando não há mais opções de gerar um filho () quando não há mais possibilidades de um casal gerar um filho () última opção de uma criança conviver com o casal () quando um casal chega no limite () não tem mais recursos de ter o seu próprio filho biológico () um dos dois ou os dois ter algum problema () a mulher não ter condições de ter filhos naturais () quando nenhum dos dois tem mais condições de gerar um filho natural () não tivesse mais opções nenhuma de haver geração de filhos () quando não há nenhum tipo de opção mais de haver gestação () porque tem problema orgânico ()”	11	18
Adoção demorada “uma adoção demorada () uma adoção muito demorada () esperar até cinco anos por uma criança () um tempo muito grande () a questão é da espera mesmo () eu acho muito tempo () uma coisa longa () longa essa questão de burocracia ()”	8	13,1
Tempo prolongado no abrigo “passou muito tempo no abrigo pra ser adotada (3) chegar no abrigo e não passar muito tempo () passar muito tempo em um abrigo (2) passar muito tempo esperando () tem que esperar muito tempo ()”	8	13,1
Filhos biológicos “pelos filhos que a gente já tem adultos () já tem filhos adultos e entrou na fila da adoção () já tenham passado por essa fase de ter gerado um filho () pessoas que até tem filhos biológicos, mas querem adotar () tem filhos adultos e querem adotar também () casais que têm filhos e querem adotar () um casal que nunca teve filhos ()”	7	11,7
Idade dos postulantes “pela idade que eu e minha esposa já temos () a idade nossa (2) não deu entrada logo () deixou o tempo passar () começa a pensar na idéia e não age ()”	6	9,8
TOTAL	61	100

Tal como se pode observar na **Tabela 4**, as falas referentes à subcategoria *idade da criança* apontam para a irrelevância desse fator na escolha do perfil adotivo, do mesmo modo que ressaltam o abandono e a rejeição de crianças e adolescentes com idade superior a dois anos: “*não importa se vem com zero, dois, três anos*”; “*crianças maiores que ninguém quer*”; “*até os quinze anos, não conseguir ser adotada*”.

A idade constitui uns dos principais determinantes na escolha do perfil adotivo da criança a ser adotada, sendo também um dos principais filtros, entre o gênero, a etnia e as condições de saúde, para a realização da Adoção tardia. Ebrahim (2001b) chama a atenção para as dificuldades das crianças com mais de dois anos de idade em serem adotadas no Brasil, ressaltando a importância de se difundir nos meios jurídicos, sociais e midiáticos, uma cultura da adoção, que proporcione um lar para crianças que não o têm, sem valorizar demasiadamente características etárias, físicas e étnicas.

O fato de a criança ser mais velha não pode ser considerado um elemento inviabilizador da adoção que, por si só, afaste a criança dos benefícios que a integração numa família adotiva pode representar. A idade constitui apenas uma das muitas características das crianças

e adolescentes aptos a adoção, as quais demandam muito amor e carinho dos adotantes (EBRAHIM, 2001b).

As falas pertencentes à subcategoria *última alternativa* configuram a Adoção tardia como uma alternativa à gestação ou última opção de casais que por problemas, em geral, orgânicos, não conseguem gerar filhos biológicos: “quando não há mais opções de gerar um filho”; “não tem mais recursos de ter o seu próprio filho biológico”; “porque tem problema orgânico”.

Conforme Amin e Menandro (2007), tal forma de adoção, conhecida como adoção clássica, é frequentemente motivada por infertilidade ou esterilidade, e nela elege-se como adotado preferencial o recém-nascido com as mesmas características físicas dos adotantes, visando solucionar dificuldades de casais sem filhos. Percebe-se que o conteúdo das falas dos participantes ancora-se em representações sociais tradicionais de adoção, a qual por muito tempo foi vista como um modo de preservar a família com vistas à perpetuação da espécie, funcionando como um recurso de continuidade da família quando não era possível ter filhos biológicos e atendendo a princípios religiosos e morais (PURETZ; LUIZ, 2007).

De acordo com pesquisa realizada por Trindade (2003 apud COSTA; ROSSETTI-FERREIRA, 2007), sobre as representações sociais de maternidade e paternidade, entre mulheres e homens que buscaram uma clínica de reprodução assistida, entre as principais categorias definidoras da representação da maternidade encontram-se: a identidade feminina (ser mãe como condição essencial para ser mulher); a realização pessoal (necessidade pessoal da maternidade como forma de realização); e o filho biológico (só a presença de um filho biológico pode concretizar plenamente a maternidade).

Com relação à paternidade, foram apontadas as mesmas categorias principais, o que além de indicar uma forte associação entre o ser mulher e o ser homem com a necessidade de procriação, também aponta para a valorização do filho biológico em detrimento do adotivo. Costa e Rossetti-Ferreira (2007) complementam essa ideia, afirmando que a narrativa dominante sobre parentesco fundamenta-se na concepção de que este é mais forte onde há ligações genéticas entre pais e criança, sendo a natureza mais forte que a criação. A autora relata que nos EUA, geralmente, uma mulher tenta todas as possibilidades de ter uma criança através de fertilizações assistidas, antes de resolver adotar.

Na subcategoria *adoção demorada*, aparecem conteúdos relacionados à demora e à burocracia, inerentes ao processo de Adoção tardia: “uma adoção muito demorada”; “esperar até cinco anos por uma criança”; “longa essa questão de burocracia”.

Em geral, o tempo de espera pela adoção é longo, chegando a um período de anos, e isso se deve, principalmente, ao fato de muitos brasileiros interessados em adotar preferirem crianças recém-nascidas, brancas e do gênero feminino, características que não correspondem à maioria das crianças aptas para adoção, as quais não são recém-nascidas e geralmente têm cor de pele identificada como parda ou negra (AMIN; MENANDRO, 2007).

Para Poretz e Luiz (2007), se a opção pela idade não fosse tão seletiva, certamente as pessoas receberiam mais rapidamente seus filhos adotivos. Do mesmo modo, o direito à convivência familiar, proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, fica difícil de ser cumprido, pois inúmeras crianças maiores e adolescentes acabam por viver anos em uma instituição de abrigo, já que não há famílias interessadas em sua adoção.

Os recortes de fala pertencentes à subcategoria *tempo prolongado no abrigo* dizem respeito à espera dos jovens institucionalizados por uma família adotiva: “*passou muito tempo no abrigo pra ser adotada*”; “*passar muito tempo esperando*”; “*tem que esperar muito tempo*”. De acordo com Poretz e Luiz (2007), em geral, somente as crianças de até três anos de idade conseguem colocação em famílias substitutas brasileiras. A partir dessa idade, a adoção se torna mais difícil e grande parte das crianças mais velhas ou adolescentes, destituídos do poder familiar, permanece em instituições ou, mais raramente, são adotadas por estrangeiros.

Quanto à subcategoria *filhos biológicos*, os relatos dos participantes remetem a Adoção tardia aos casais com filhos adultos e àqueles sem filhos biológicos: “*já tem filhos adultos e entrou na fila da adoção*”; “*um casal que nunca teve filhos*”; “*já tenham passado por essa fase de ter gerado um filho*”. Conforme pesquisa realizada por Ebrahim (2001b), comparando pais que realizaram adoções de crianças maiores de dois anos com aqueles que efetuaram adoções de recém-nascidos, os adotantes tardios são, na sua maioria, casais com filhos, que já vivenciaram a experiência de criar uma criança, não tendo mais a necessidade ou disponibilidade de começar com um bebê, ao passo que, os adotantes convencionais são casados e sem filhos biológicos.

As falas referentes à categoria *idade dos postulantes* abrangem a perda de tempo, o atraso e a indecisão dos adotantes frente às possibilidades imediatas de adoção: “*pela idade que eu e minha esposa já temos*”; “*não deu entrada logo*”; “*começa a pensar na idéia e não age*”. Na maior parte dos casos, a adoção constitui um meio secundário de se constituir uma família, diante da impossibilidade de gerar um filho biológico, daí a demora em recorrer a essa modalidade adotiva. A complexidade da questão aumenta quando tratamos da Adoção tardia, visto que esta é revestida de preconceito, sendo normalmente associada a problemas e

fracassos vividos pelos próprios adotantes, como a impossibilidade de geração natural de um filho (PURETZ; LUIZ, 2007).

A partir da discussão das unidades temáticas referentes à categoria *Concepções de Adoção tardia*, pode-se sustentar que tal como as representações sociais sobre Adoção convencional, as representações sociais sobre Adoção tardia, construídas pelos postulantes, embasaram-se nas concepções elaboradas por estes para tentar nomear, definir e se familiarizar com o respectivo objeto social: idade da criança; última alternativa; adoção demorada; tempo prolongado no abrigo; filhos biológicos; idade dos postulantes.

Os postulantes ancoraram suas representações sociais em concepções etárias, alternativas, temporais e biológicas de Adoção tardia. Cabe ressaltar que os sistemas de classificação e nomeação têm como função facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas, além de exercer papel fundamental na formação de opiniões (MOSCOVICI, 2007).

Por meio do mecanismo da objetivação, os postulantes concretizaram o conceito de Adoção tardia, atribuindo-lhes características materiais e palpáveis, como a idade das crianças e dos postulantes; o tempo de espera dos adotantes e dos adolescentes abrigados pela adoção e a condição de ter filhos biológicos. Enquanto recurso sociocognitivo do sistema de representações sociais, a objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, materializando as abstrações, corporificando os pensamentos, tornando físico e visível o impalpável, transformando em objeto o que é representado (NÓBREGA, 1990).

Ao se utilizarem dos recursos sociocognitivos de ancoragem e objetivação, os postulantes se apropriaram do conceito abstrato e, em alguns casos, desconhecido de Adoção tardia, tornando-o familiar e atribuindo-lhes características observáveis, como o fator idade e a presença de filhos biológicos entre os adotantes. Desse modo, a partir da análise das concepções sobre Adoção tardia, construídas pelos postulantes, tornou-se possível ter acesso às suas representações sociais, enquanto formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo uma intenção prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 1989).

Na categoria *Significados Atribuídos à Adoção Tardia*, destacam-se as subcategorias *pensamentos formados* ($f = 33$; 33,1%), *dificuldades* ($f = 20$; 19%), *preferência pessoal* pela Adoção convencional ($f = 17$; 16%), *bagagem familiar* ($f = 16$; 15,1%), *expectativas* dos adotantes ($f = 11$; 10,3%) e *abandono* ($f = 9$; 8,5%) (**Tabela 1**).

Tabela 5 – Unidades temáticas referentes aos *Significados Atribuídos à Adoção Tardia*

UNIDADES TEMÁTICAS	F	%
Pensamentos formados “ <i>tem seu jeito de ser mais formado (2) já vêm com muitos pensamentos formados () refazer os pensamentos deles pra seguir o meu ritmo () já vêm com muita coisa na cabeça () já vem com um pensamento diferente () já vem com o próprio querer () já tá com seus pensamentos () tomando quase suas decisões () já venha com algumas opiniões formadas () já vem com uma certa educação () já vinha com opiniões formadas () a cabecinha meio que já formada () desconstruir aquela opinião dela () pra desconstruir, seria muito mais trabalhoso () já tem o senso de saber o que é certo e o que é errado () a criança já vem com isso, pra você desconstruir () desconstruir alguns pensamentos que ela já vinha na vida () entender a cabecinha dela () um jeito e uma personalidade um pouco moldada () já vem com uma carga de educação () depois da adolescência, não pode mais mudar () depois que o indivíduo tiver completo () colher os frutos que você plantou lá no começo da educação () até os oito anos idade é o mais importante da educação () já vem com uma carga de vida maior () vem com nome () já vem com uma identidade () já tá com identidade formada () vai ter a consciência clara () cinco anos já vem mais entendido () vai ter os conflitos de identidade () não vai saber a fundo a índole daquele adolescente ()</i> ”	33	31,1
Dificuldades “ <i>chega uma criança, é um desafio também () mostrar as dificuldades todas do mundo () um desafio e deve ser prazeroso também () o desafio seria maior ainda () um desafio ainda maior () não é impossível () não me sinto com esse amadurecimento não () eu queria ter esse amadurecimento (3) não me sinto amadurecida () não me sinto madura () me sinto imatura () ia ter que conversar muito () não me sinto preparada () aquela pré-adolescente chegando vai atrapalhar a convivência () não tenho estrutura psicológica () não me sinto madura psicologicamente () não me sinto madura pra um adolescente () eu não acho que a gente teria tanta dificuldade ()</i> ”	20	19
Preferência pessoal “ <i>não gostaria de ter um adolescente () não querem aquela criança de dez anos () essas crianças maiorzinhas não são tão procuradas () elas são menos procuradas () depois do meu primeiro (3) depois do pequenininho (3) adotaria de zero a quatro anos () são as que as pessoas menos buscam () pode ser que seja um pensamento nosso mais na frente () não no momento () hoje não é nosso pensamento () não vou dizer que eu não adotaria () se a gente passar por essa experiência, gostaria sim ()</i> ”	17	16
Bagagem familiar “ <i>tem uma carga de vida () tem convivência com outras pessoas () os pais não mostrava o que era certo () já vem de uma família () os pais biológicos podem atrapalhar () a vida que teve com a família natural () vem de outro ambiente () é como se fosse recomeçar () como se a criança fosse recomeçar () uma criança já formada () já havendo uma estrutura familiar () como você recomeçar com ela () quanto mais idade ela tiver, mais carga de educação já ta formada () mais difícil de lidar e tentar mudar () não sabia quem tinha sido o pai e a mãe, a índole dele () educar uma criança que eu não sabia a sua origem ()</i> ”	16	15,1
Expectativas “ <i>seria uma preocupação () eu não sei como é que seria () se seria capaz de seguir o nosso ritmo () dependendo do caso, não tem nada a ver () não dá pra dizer como seria () se a gente poderia mudar o nome da criança () com um adolescente, não me sentiria muito segura () poderia até atrapalhar () ia ficar me cobrando () você ter a certeza que você quer () deve ser uma experiência ímpar () como vai ser e deixar de ser só vivendo”</i>	11	10,3
Abandono “ <i>sem perspectiva de uma família () as crianças grandes ficando pra trás () será que não tem famílias que adotem essas crianças () fica até os catorze anos no abrigo () tudo lá nos abrigos () os maiores ficando lá () vai sentir que foi abandonado por seus pais () tem a consciência do abandono () passaram por três famílias e foram devolvidos ()</i> ”	9	8,5
TOTAL	106	100

Como se pode verificar na **Tabela 5**, na subcategoria *pensamentos formados*, os recortes de fala correspondem às dificuldades de desconstrução de aspectos da personalidade das crianças e adolescentes com idade superior a dois anos: “*já vêm com muitos pensamentos formados*”; “*desconstruir alguns pensamentos que ela já vinha na vida*”; “*pra desconstruir, seria muito mais trabalhoso*”.

Os conceitos dos adotantes quanto à adoção de crianças mais velhas, que surgem como forma de justificar a preferência por bebês, relacionam-se, fundamentalmente, com a

dificuldade na educação, pois, segundo as famílias adotivas, dificilmente uma criança adotada tardiamente aceitaria os padrões estabelecidos pelos pais, pois estariam com sua formação social iniciada (EBRAHIM, 2001b).

Conforme Poretz e Luiz (2007) e Amin e Menandro (2007), a maior parte da população brasileira apresenta preconceitos quanto à Adoção tardia, como o medo de ter dificuldades na educação, apoiado na alegação de que uma criança maior que já tenha formado sua personalidade, poderia não aceitar os padrões estabelecidos pelos pais adotivos por já terem iniciada sua formação social. Nesse sentido, destaca-se o receio dos adotantes de adotar crianças institucionalizadas pelos maus hábitos que trariam.

Os fragmentos de fala sobre a categoria *dificuldades* referem-se à dedicação, à convicção e à maturidade necessárias para se realizar a adoção de crianças e adolescente com idade superior a dois anos: “o desafio seria maior ainda”; “não me sinto amadurecida”; “ia ter que conversar muito”. A maior parte da população apresenta preconceitos quanto à Adoção tardia, como: o medo de adotar crianças mais velhas pela dificuldade na educação; o receio de adotar crianças institucionalizadas pelos maus hábitos que trariam; as crianças que não sabem que são adotivas têm menos problemas, por isso deve-se adotar bebês e esconder deles a verdade, imitando uma família biológica (EBRAHIM, 2001b).

Os fragmentos de fala sobre a categoria *preferência pessoal* remetem-se à Adoção tardia como uma possibilidade futura, secundária, dependente da Adoção convencional: “não gostaria de ter um adolescente”; “depois do pequenininho”; “pode ser que seja um pensamento nosso mais na frente”. Os adotantes, em geral, privilegiam a Adoção convencional em detrimento da Adoção tardia por considerarem esta última mais difícil em razão da idade mais avançada da criança, além de sua herança biológica e bagagem familiar.

Amin e Menandro (2007) sustentam que as adoções de crianças maiores são perfeitamente viáveis, e sua concretização e manutenção dependem, entre outros aspectos, da história da criança, do fato dela desejar ou não a adoção, e das ações dos pais adotivos e dos que os cercam. Por já ter vivido experiência de abandono da qual muitas vezes se lembra, a criança mais velha será mais ativa no processo, podendo adotar ou não os pais adotivos como pais.

A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, passou-se a privilegiar também o adotado, sendo priorizada a busca de famílias para as crianças e adolescentes em estado de abandono. Assim, passou a ser enfatizada a *adoção moderna*, que abrange a Adoção tardia, inter-racial, de grupos de irmãos, entre outros, buscando solução para dificuldades da criança sem família (AMIN; MENANDRO, 2007).

A subcategoria *bagagem familiar* remete-se a vida anterior das crianças e adolescentes à espera da adoção, as quais, segundo os entrevistados, são encaminhadas para a nova família com valores já engessados, sendo difícil refazer sua educação: “já havendo uma estrutura familiar”; “é como se fosse recomeçar”; “mais difícil de lidar e tentar mudar”.

Diante do receio da maioria dos adotantes em relação à vivência das crianças com sua famílias biológicas, Ebrahim (2001a) aponta para a importância da aceitação da história de vida e da herança biológica da criança como um dos principais fatores de sucesso na adoção, somados ao interesse desta em ser adotada.

Esse significado atribuído à adoção está diretamente relacionado aos motivos de se adotar crianças mais novas. As pessoas, em geral, adotam bebês para obterem uma melhor adaptação entre pais e filhos e uma adequada socialização, onde as crianças fossem capazes de atender aos anseios da família, sendo usual a confusão entre a aceitação e a inserção completa da criança na família, com o desejo e a tentativa de apagar suas origens (EBRAHIM, 2001b).

Conforme Costa e Rossetti-Ferreira (2007), prevalece, no discurso dos adotantes, a falsa idéia da impossibilidade do estabelecimento de vínculos afetivos devido ao histórico de rejeição e abandono, na compreensão de que uma pessoa que já sofreu decepções não poderá mais se recuperar da mesma e voltar a amar. Os adotantes receiam que posteriormente haja interesse do adotado em conhecer sua família biológica, comprometendo assim a relação com a família adotiva, já que sendo adotado com mais idade não há como esconder da criança ou adolescente a filiação adotiva, portanto, este poderá sim manifestar interesse em conhecer sua família biológica.

Os conteúdos pertinentes à categoria *expectativas* apontam para a preocupação, insegurança e às dúvidas dos postulantes em relação aos obstáculos que possam surgir em decorrência da Adoção tardia: “eu não sei como é que seria”; “se seria capaz de seguir o nosso ritmo”; “com um adolescente, não me sentiria muito segura”.

A adoção é, em si, um tema bastante complexo, sendo a Adoção tardia, de acordo com algumas pesquisas, mais difícil de ser compreendida pelos postulantes, por ser revestida de muito preconceito (EBRAHIM, 2001b). Os mitos que constituem a adoção no Brasil se apresentam como graves obstáculos à realização de adoções de crianças maiores e adolescentes, uma vez que estabelecem crenças e expectativas negativas ligadas à prática da adoção enquanto recurso de colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas (PURETZ; LUIZ, 2007).

As adoções tardias possuem grandes chances de serem realizadas com sucesso, porém é preciso que existam pais bem preparados para aceitar possíveis impasses na adaptação do adotado. O sucesso da adoção depende da adequada motivação e preparação da família adotiva e da compatibilização de suas capacidades e características com as necessidades e peculiaridades da criança (PURETZ; LUIZ, 2007). Sendo assim, o sucesso da colocação dessa criança na família que a adota, vai depender da preparação dos pais para lidar com as necessidades e frustrações do filho adotivo, sendo tolerantes, dedicados e compreensivos com possíveis problemas que terão de enfrentar.

Por fim, na categoria *abandono*, as falas referem-se à ausência de perspectivas e sentimentos de abandono cultivados pelos jovens abrigados: “*sem perspectiva de uma família*”; “*passaram por três famílias e foram devolvidos*”; “*tem a consciência do abandono*”.

A Adoção tardia, desse modo, é concebida pelos adotantes como a adoção de jovens abandonados pela família em abrigos. De acordo com Ebrahim (2001a), os adotantes nutrem um receio em relação à adoção de crianças provenientes de instituições, à sua vivência com outras famílias, além do próprio processo de adaptação na família substitutiva.

Existem inúmeras crianças e adolescentes adotáveis em busca de um lar, os quais, muitas vezes, passam anos em uma instituição esperando uma família que os acolha, mas para isso acontecer, é necessário que existam pessoas interessadas em adotar, a desmistificar seus preconceitos quanto aceitar um filho como seu, e uma das formas de enfrentamento desta problemática é disseminar a nova cultura da adoção, de forma a minimizar os preconceitos existentes na sociedade quanto à adoção (PURETZ; LUIZ, 2007).

Entretanto, Amin e Menandro (2007) ressaltam que para a criança que já viveu uma história de abandono, correr o risco de ser novamente rejeitada é algo muito grave, com consequências desastrosas, principalmente, para a criança, a qual se sente abandonada pela família biológica e rejeitada pela família substitutiva.

Por meio da análise da categoria *Significados Atribuídos à Adoção Tardia*, os quais remetem aos pensamentos já formados pelos adolescentes, às dificuldades em se adotar uma criança com idade superior a dois anos, à preferência pessoal pela realização da Adoção tardia, à bagagem familiar trazida pelo adolescente, às expectativas em relação a essa modalidade de adoção, além da perspectiva do abandono, percebe-se que os postulantes se posicionaram de modo contrário à Adoção tardia, considerando importante sua prática, mas preferindo a Adoção convencional. Seus argumentos sustentam-se na crença nas dificuldades em se criar um adolescente, o qual seria destinado para a família substitutiva com uma

bagagem familiar arraigada, além de uma personalidade formada. Os postulantes demonstram receio quanto ao período de institucionalização do adolescente, o qual pode ter cultivado sentimentos de abandono, rejeição e mágoa, os quais poderiam dificultar a concretização da adoção.

Através das funções justificadora e identitária das representações sociais, as quais tem como finalidade garantir, respectivamente, os comportamentos de diferenciação social e a imagem positiva do grupo de pertencimento (NÓBREGA, 1990), os postulantes à adoção, se identificando com o grupo dos adotantes convencionais, considerando seus valores e práticas, se posicionaram de modo contrário à Adoção tardia e, justificando sua preferência pela adoção de crianças com menos idade.

Ao se comparar a construção das representações sociais sobre Adoção convencional e as representações sociais sobre Adoção tardia, pelos postulantes, percebe-se algumas diferenças e semelhanças em termos de conceituação, posicionamento e utilização de mecanismos sociocognitivos para edificar as representações sociais. Embora tenham surgidas algumas semelhanças entre as representações sociais sobre os respectivos objetos, pode-se adiantar que as diferenças foram mais evidentes.

Apesar de compartilharem algumas características, como subcategorias em comum, ao contrário da Adoção, as representações sociais sobre Adoção tardia, construída pelos postulantes, ancoraram-se em diversos critérios de definição. Essas diferenças na conceituação correspondem ao que Moscovici (1976) denominou de difusão ou opinião, enquanto fator comunicacional indutor das representações sociais. Sua função é tornar indiferenciáveis os laços entre o emissor e o receptor da mensagem, evocando certa descontinuidade e contradição dos temas, tendo como resultado a instabilidade e a fluidez das posições assumidas pelos falantes.

A menor homogeneidade dos dados referentes às concepções de Adoção tardia pode representar a dificuldade dos postulantes em definir tal fenômeno, os quais se utilizaram de várias formas e critérios, não apresentando convergência nos seus relatos. Por outro lado, a homogeneidade característica dos dados relativos às concepções de Adoção convencional, pode significar a facilidade dos postulantes em definir esse objeto social, já que se utilizaram de aspectos estanques de definição.

Sob a finalidade de legitimar suas falas e edificar suas representações sociais, os postulantes recorreram a mecanismos sociocognitivos, como a ancoragem e a objetivação, às funções justificadora e identitária, além da opinião ou difusão, enquanto modalidade de comunicação das representações sociais. Através dos mecanismos, funções e modos de

comunicação inerentes ao sistema cognitivo, o indivíduo é capaz de formar representações sociais sobre objetos distintos, atribuindo-lhes funções e significados específicos e comunicando-as aos membros de seu grupo social (MOSCOVICI, 1976).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concretização do presente trabalho permitiu a apreensão das representações sociais construídas por postulantes à adoção sobre Adoção convencional e Adoção tardia, a partir da análise minuciosa dos conceitos e significados atribuídos aos respectivos objetos sociais. Tornou-se possível identificar os posicionamentos e mecanismos utilizados pelos postulantes para edificar a elaboração das representações sociais e justificar argumentos favoráveis ou contrários à Adoção convencional e à Adoção tardia.

Os postulantes referiram-se, com uma maior frequência, em seus discursos, ao objeto de estudo Adoção tardia, em detrimento da modalidade Adoção convencional, fato que chamou atenção tendo em vista a hipótese de que tal fenômeno é mais comum e recorrente entre os postulantes. Esse dado pode indicar uma maior necessidade dos participantes em assimilar, significar, nomear e tornar mais próximo e menos estranho a Adoção tardia, através de processos sociocognitivos ativos, capazes de viabilizar a integração do novo objeto ao repertório cognitivo de elementos já conhecidos pelos indivíduos, como o próprio objeto Adoção convencional.

A divergência encontrada na quantidade de conteúdos relacionados à Adoção convencional e à Adoção tardia, com uma maior concentração de fragmentos de fala sobre essa última, também pode significar o esforço dos postulantes em tentar explicar e justificar sua não opção por esse tipo de adoção. Em ambos os casos, instiga a tentativa de elaboração e apropriação dos participantes no que se refere à Adoção tardia, que parece ser um objeto pouco conhecido ou desconhecido por eles. Porém, os mesmos não se mostraram indiferentes ou alheios a tal fenômeno, pelo contrário, se utilizaram de recursos sociocognitivos, como a ancoragem e a objetivação, a fim de tornar os elementos desconhecidos mais compreensíveis e palpáveis.

O conteúdo das falas dos participantes apresentou maior homogeneidade no que se refere à Adoção convencional e menor homogeneidade no que diz respeito à Adoção tardia. Essas diferenças, conforme já mencionadas no decorrer deste trabalho, podem revelar as tentativas dos postulantes em representar a modalidade de Adoção tardia, que foi concebida por eles sob critérios difusos e pouco articulados, ao contrário da Adoção convencional, que foi apreendida a partir de conceitos claros e de um discurso mais consensual.

Em meio às dificuldades encontradas em nomear a Adoção tardia, talvez em razão da pouca familiaridade com o termo, enfatiza-se, novamente, a tentativa de se apropriar do fenômeno, a fim de assimilá-lo, nomeá-lo, lhe conceder sentido e, inclusive, reunir subsídios

para justificar sua não preferência por esta modalidade adotiva. Desse modo, ao tentar se apropriar do objeto desconhecido, nomeando-o, os postulantes se utilizaram de mecanismos sociocognitivos responsáveis pela formação das representações sociais.

A construção das representações sociais sobre Adoção convencional, pelos postulantes, edificou-se sobre as concepções elaboradas por estes para definir e nomear o respectivo objeto social. Suas representações sociais encontram-se associadas a conteúdos que remetem a concepções desafiadoras, afetivas, assistencialistas, complementares e pessoais de adoção.

Por meio dos processos de formação das representações sociais, como a ancoragem e a objetivação, os postulantes apoiaram-se em concepções abstratas e objetivas e construíram suas representações sociais sobre Adoção convencional. Além disso, elaboraram um sistema de conhecimentos, valores e práticas, que além de permitir sua orientação no meio social e material, asseguram a comunicação com outros membros do grupo, propondo-lhes códigos para nomear e classificar os objetos sociais Adoção convencional e Adoção tardia.

Enfatiza-se que as representações sociais sobre Adoção convencional, construídas pelos postulantes, subdividiram-se em duas perspectivas opostas: Adoção moderna e Adoção tradicional. Ao conceituarem Adoção convencional, os postulantes referiram-se às dificuldades inerentes ao processo e ao amor necessário para se criar um filho adotivo, se ancorando numa visão mais atual e moderna de Adoção, conforme a qual, os direitos das crianças e adolescentes em ter uma família são prioritários. Por outro lado, atribuíram-lhe significações de caráter assistencialista e pessoal, mantendo a Adoção convencional ancorada a representações sociais tradicionais, sendo concebida como uma forma de satisfazer os interesses individuais dos postulantes, em detrimento das necessidades das crianças e adolescentes aptos à adoção.

Esta constatação sugere a ocorrência de mudanças pouco significativas, ao longo do tempo, no processo de elaboração compartilhada das representações sociais sobre Adoção convencional, a qual continua fundamentada numa cultura individualista de adoção, centrada nos interesses dos postulantes.

Tal como as representações sociais sobre Adoção convencional, as representações sociais sobre Adoção tardia, construídas pelos postulantes, embasaram-se nas concepções elaboradas por estes para tentar nomear, definir e se familiarizar com o respectivo objeto social. Nesse sentido, percebe-se que os postulantes objetivaram suas representações em concepções referentes à idade, às questões biológicas e psíquicas, assim como as ancoraram

em crenças relacionadas à formação da personalidade, à bagagem familiar e à institucionalização das crianças e adolescentes aptos à adoção.

Ao se utilizarem dos recursos sociocognitivos de ancoragem e objetivação, os postulantes se apropriaram do conceito abstrato e, em alguns casos, desconhecido, de Adoção tardia, tornando-o familiar e atribuindo-lhes características observáveis. Desse modo, a partir da análise das narrativas dos postulantes sobre Adoção tardia, tornou-se possível ter acesso às suas representações sociais, enquanto formas de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, tendo uma intenção prática.

Os postulantes posicionaram-se de modo favorável à Adoção convencional, preconizando sua prática e defendendo aqueles que preferem tal modalidade adotiva. Por outro lado, mostraram-se contrários à Adoção tardia, considerando relevante sua prática por alguns postulantes, mas preferindo a Adoção convencional. A partir dos discursos compartilhados pelos postulantes, pôde-se observar as funções justificadora e identitária das representações sociais que emergiram como um modo de sustentar sua preferência pela Adoção convencional, em detrimento da Adoção tardia.

As estratégias e argumentos utilizados pelos postulantes para tentar legitimar seu discurso favorável a Adoção convencional ancoraram-se em concepções antigas de maternidade, nas facilidades em se adotar uma criança com menos idade, além da possibilidade de modelar seus comportamentos. Por outro lado, os argumentos utilizados pelos participantes para justificar seu discurso contrário à Adoção tardia sustentaram-se na crença nas dificuldades em se criar um adolescente, em razão de sua bagagem familiar, sua personalidade formada, além do receio quanto ao seu período de institucionalização, durante o qual pode ter cultivado sentimentos de abandono, rejeição e mágoa, os quais poderiam dificultar a concretização da adoção.

De modo geral, ressaltam-se as dificuldades em se pesquisar sobre os objetos sociais Adoção convencional e Adoção tardia, enquanto modalidades distintas de Adoção, por se constituírem como temáticas atuais e complexas, ainda pouco estudadas na Psicologia, que perpassam a emergente área da Psicologia jurídica. Por outro lado, enfatiza-se o alcance dos resultados encontrados por meio do estudo, os quais poderão contribuir para a realização de outras pesquisas sobre o assunto sob diversas perspectivas. Poderá também auxiliar no processo de construção de políticas públicas de conscientização a respeito da importância da prática da Adoção, tanto convencional quanto tardia, e do valor social e jurídico da modalidade tardia de Adoção, uma vez que esta tem se configurado com um fenômeno pouco esclarecido junto ao público dos postulantes à adoção e à população em geral.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Isabela Dias; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Preferências por características do futuro filho adotivo manifestadas por pretendentes à adoção. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 241-252, dez. 2007.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- BRASIL. **Cadastro Nacional de Adoção (CNA)**. [S.l.]: Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 2012. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adocao-cna>. Acesso em: 19 mar. 2015, 07:04:10.
- _____. **Decreto nº 8.381, de 29 de dezembro de 2014**. Brasília, 2014.
- _____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescente da Rede SAC**. Brasília, 2003.
- _____. **Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, 2011.
- _____. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2013.
- CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia**: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas). 2005. 268 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, out. 2004.
- CAMPOS, Niva Maria Vasques. **A família nos estudos psicossociais de adoção**: uma experiência na vara da infância e da juventude do distrito federal. 2001. 122 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- CARVALHO, Sônia Regina; FERREIRA, Márcia Regina Porto. **Primeiro Guia de Adoção de Crianças e Adolescentes do Brasil**. São Paulo: Winners Editorial, 2000.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Adoção**: um direito de todos e todas. Brasília: CFP, 2008.
- COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Tornar-se pai e mãe em um processo de Adoção tardia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 425-434, fev. 2007.
- EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: uma visão comparativa. **Revista Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 29-40, ago. 2001a.

_____. Adoção tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. **Psicologia: Reflexões e Crítica**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 1, p. 73-80, jan. 2001b.

PARAÍBA (Estado). **Número de Adoções de crianças na Comarca de Campina Grande em 2015**. [S.l.]: Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB), 2014. Disponível em: <http://www.tjpb.jus.br/comarca-de-campina-grande-registra-43-processos-em-andamento-para-adocoes-de-criancas/>. Acesso em: 25 abr. 2016, 15:55:27.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, jun. 1995.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. **Minidicionário Houaiss da Língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: _____. **Les représentations sociales**. Paris: PUF, p. 31-61, 1989. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves-Mazzotti. UFRJ - Faculdade de Educação, dez. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina; PORTO, Eline. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. **Revista brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 13, n. 4, p. 107-114, out. 2005.

MOSCOVICI, Serge. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: PUF, 1976.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NÓBREGA, Sheva Maia da. O que é representação social. In: _____. **La maladie mentale au Brésil: étude sur les représentations sociales de la folie par des sujets intrins à l'hôpital psychiatrique et leurs familles**. 1990. 76 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, 1990.

OLIVEIRA, Fátima O. de; WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRADO, Mariana Rodrigues. **O processo de adoção no Brasil**. 2006. 91 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, São Paulo, 2006.

PURETZ, Andressa; LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Adoção tardia: desafios e perspectivas na sociedade contemporânea. **Emancipação**, Paraná, v. 7, n. 2, p. 277-301, 2007.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu encontro. **Revista D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-52, jul. 2005.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SILVA, Angela Moraes; KELMMELMEIER, Verônica Suzuki. Vivências de família que adotaram pré-adolescentes e o mito da adoção tardia. **Publicatio UEPG**, Paraná, v. 18, n. 2, p. 97-112, dez. 2010.

SILVA, Jaqueline Araújo. **Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados**. 2009. 114f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

SILVA, Luana Andrade; MESQUITA, Danielisson Paulo de; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. Investigando o processo de adoção no Brasil e o perfil dos adotantes. **Revista de Ciências Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 44, n. 1, p. 191-204, abr. 2010.

VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. **Um estudo das publicações científicas internacionais sobre adoção**. Sociedade Brasileira de Psicologia, XXVI Reunião Anual de Psicologia, Resumos de comunicações científicas, p. 118, 1996.

WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. Da institucionalização à adoção: um caminho possível?. **Revista Igualdade**, Paraná, v. 9, n. 1, p. 01-09, 1995.

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA/
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA/
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof.ª Dra. Doralúcia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER DO RELATOR 19

Número do Protocolo: CAAE: 45689315.5.0000.5187

Data da 1ª relatoria PARECER DO AVALIADOR: 08/06/2015

Pesquisador(a) Responsável: Andréa Xavier de Albuquerque de Souza.

Situação do parecer: Aprovado

Apresentação do Projeto: O projeto é intitulado: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE ADOÇÃO TARDIA: UM ESTUDO COM POSTULANTES À ADOÇÃO, encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, da Universidade Estadual da Paraíba, com fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia da UEPB.

Objetivo da Pesquisa: A pesquisa tem como Objetivo Geral: Analisar as representações sociais sobre adoção tardia, construídas por postulantes à adoção, inscritos na Vara Cível da Infância e Juventude de Campina Grande – PB.

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Considerando a justificativa e os aportes teóricos e metodologia apresentados no presente projeto, e ainda considerando a relevância do estudo as quais são explícitas suas possíveis contribuições, percebe-se que a mesma não trará riscos aos sujeitos a serem pesquisados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Trata-se de um estudo de campo, de caráter descritivo e exploratório, sob uma abordagem qualitativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória e Parecer do Avaliador: Encontram-se anexados os termos de autorização necessários para o estudo.

Recomendações: Não há o que se recomendar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: A pesquisa seguirá de acordo com o previsto.

Situação do parecer: Aprovado